



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

23^a Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental.

Brasília/DF.
9 de Dezembro de 2010.

(Transcrição ipisis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

46 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Boa tarde a todos e a
47 todas. Vamos então abrir a 23ª reunião da Câmara Técnica de Educação
48 Ambiental, e gostaria que se apresentassem aqueles que estão compondo a
49 mesa, por favor, o nome e a origem.

50

51

52 **A SRª. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - ANAMMA
53 kátia Prodelli.

54

55

56 **A SRª. LUCIARA FRANCO MOTA (Governo Municipal Região Norte)** -
57 ANAMMA Luciara Franco.

58

59

60 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - Secretaria
61 de Meio Ambiente do Estado da Bahia, Eratóstenes Lima.

62

63

64 **O SR. EURO DETOBINE (SPU/MPOG)** – Ministério do Planejamento
65 Secretário de Patrimônio da União, Euro Detobine.

66

67

68 **O SR. AGNALDO MENDONÇA DE LIMA (ANAMMA SUL)** – ANAMMA Sul,
69 Agnaldo.

70

71

72 **A SRª. RITA DE CÁSSIA (Governo do Estado do Ceará)** - Conselho do
73 Grupo de Gestão do Meio Ambiente, Rita, Ceará.

74

75

76 **A SRª. SHIRLEY COELHO REZENDE (Novos Curupiras)** - Novos Curupira,
77 Shirlei, Pará.

78

79

80 **A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Renata,
81 Departamento de Apoio ao CONAMA.

82

83

84 **O SR. HENRIQUE (SECRETARIA-EXECUTIVA CONAMA)** – Henrique,
85 Secretaria Executiva do CONAMA.

86

87

88 **A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Gostaria só de
89 fazer uma consideração, nós estamos sem a estenotipia porque o contrato
90 ainda não saiu. Então nós vamos pedir que antes de cada um falar para se
91 identificar para a hora que a pessoa for fazer a transcrição para saber quem
92 que está falando, como ela não está aqui para saber quem está falando, então
93 é muito importante se identificar antes de começar a fala.

94

95

96 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Também me apresentar
97 Paulo Maluhy, Presidente da Câmara Técnica de Educação Ambiental Oca
98 Brasil, Goiás. Primeiramente eu gostaria assim na abertura de já poder até
99 estar me despedindo de vocês que aqui eu estou terminando os meus quatro
100 anos de CONAMA, e acho que só daqui 2 anos quando poderá se candidatar
101 novamente para representar o Centro Oeste se por possível terei o maior
102 prazer em estar com vocês, e de uma maneira geral que é mais importante que
103 fica são os amigos e as pessoas que nós conhecemos, e a continuação dos
104 trabalhos sempre será uma coisa natural e seria o maior prazer da estar com
105 você novamente. E eu gostaria de perguntar a vocês se poderíamos colocar na
106 pauta o resultado do GT da A3P se todos concordam incluiríamos na pauta e
107 poderia sim, sim. Então se todos aprovam, eu vou continuar então a leitura e a
108 aprovação do resultado de 21ª, a Ordem do Dia e depois já ficamos pautado
109 ok? Todos aprovam.

110

111

112 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

113

114

115 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Sim. O CONAMA, as
116 entidades ambientalista indicam e é eleita pela Plenária. A Plenária. O CNEA
117 que...

118

119

120 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

121

122

123 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Bem. Então vamos ao item
124 a leitura e aprovação e resultados da 21ª reunião de Câmara Técnica de
125 Educação Ambiental e da 22ª da Câmara Técnica de Educação Ambiental.
126 Alguém tem alguma coisa a acrescentar em cima dessa aprovação dessa
127 leitura? Caso não haja ela foi disponibilizada em site a todos. Caso estejam de
128 acordo. Então estão aprovados os resultados. Vamos passar para a ordem do
129 dia o item 3.1 o processo número 02000.003134/200521 que trata da
130 recomendação para Centro de Educação Ambiental CEA, o assunto é uma
131 proposta de recomendação para regulamentação do Centro de Educação
132 Ambiental interessado diretoria de Educação Ambiental MMA. A tramitação a
133 proposta foi discutida na 58ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos
134 e deliberada devolução da matéria à Câmara de origem. O representante da
135 CTAJ o senhor José de Moraes neto que não pôde comparecer na reunião
136 anterior comparecerá nessa reunião para relatar a matéria, a Câmara Técnica
137 de Educação Ambiental em sua última reunião respondeu aos quesitos
138 apresentados ao CTAJ, haverá adequação da minuta aos quesitos da CTAJ e
139 a representante do MEC deverá apresentar sua proposta de emenda. Cabe a
140 aqui ressaltar que o senhor José de Moraes neto não poderá estar presente com
141 justificativa. Então vamos ficar aguardando novamente esse assunto. Eu
142 gostaria de colocar a disposição de vocês o assunto como gostaria de ser
143 tratado.

144

145

146 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Fazer uma
147 proposta de encaminhamento, como a minuta ela foi apresentada pelo MEC e
148 o MEC ainda não está presente para apresentar a proposta, eu sugiro que a
149 nova proposta que isso aqui que foi tratado hoje pela manhã que hoje foi
150 reunido o Grupo de Trabalho para tratar sobre a inserção de Educação
151 Ambiental na Administração Pública que trata na A3P, e o Grupo de Trabalho
152 fechou um texto que foi apresentado pelo MMA e foi trabalhado em cima disso
153 hoje de manhã, e aí eu sugiro o encaminhamento de tratar disso e se nós já
154 pudermos olhar e aprovar ele já vai direto para a Câmara de Assuntos
155 Jurídicos para tratar das questões jurídicas, e nós aguardamos um pouquinho
156 enquanto nós tratamos desse assunto ver se a representante do MEC aparece
157 para apresentar a proposta, e se ela não aparecer também nós podemos ir
158 tratando de qualquer forma se vocês acharem conveniente para nós já irmos
159 adiantando.

160

161

162 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Como anteriormente nós
163 tínhamos sido observado nós vamos incluir então A3P aqui na ordem do dia
164 fazendo uma inversão de pauta. Nesse sentido teríamos que fazer a leitura
165 daquilo que foi resolvido hoje pela parte de manhã.

166

167

168 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Durante a
169 manhã nós trabalhamos no GT tentando a partir de uma justificativa que o
170 MMA encaminhou e uma proposta também de Resolução, nós trabalhamos em
171 cima do texto. E aí tiveram várias pessoas muitos convidados o pessoal do
172 Ministério dos Transportes compareceu em peso porque eles têm uma agenda
173 ambiental contribuíram bastante, e nós chegamos a um texto final nós
174 mudamos bastante o texto que estava disponível no site do CONAMA, e nós
175 demos uma arrumada nós trabalhamos em cima e aí a ideia como o grupo
176 chegou em um consenso que nós tínhamos fechado seria uma Resolução
177 pequena nós não podemos estar também propondo muita responsabilidade
178 para os órgãos que vão se incorporar a A3P, e uma coisa que o Nilo deixou
179 assim bem claro que ele participou um pouco conosco por se tratar de uma
180 Resolução do CONAMA, essa essas recomendações e essa Resolução ela só
181 se insere nos órgãos e entidades que fazem parte o SISNAMA . Então nós
182 propondo uma Resolução de implantar a agenda ambiental nessas
183 administrações nessas esferas, o SISNAMA se sente contemplado, ou seja,
184 todas as secretárias, Estados, Meio Ambiente todas aquelas entidades que
185 fazem parte e as outras como nós não teríamos o poder mediante uma
186 Resolução do CONAMA ficaria como um adesão voluntária, aí nós tentamos
187 dentro dessa forma colocar um formato final no texto. Eu acho que foi
188 basicamente isso que nós trabalhamos. Quer fazer alguma complementação
189 Tosa?

190

191

192 **O SR. TOSA** – Eu acho que nós fazemos a leitura do texto e esclarecer as
193 dúvidas, quem não esteve presente de manhã eu acho que vai ser satisfatório.

194

195

196 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu acho julgo necessário
197 fazer a leitura então de tudo aquilo que foi proposto.

198

199

200 **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Boa tarde, antes da mais nada
201 queria desculpar pelo atraso nós tivemos um probleminha na CNI. Meu nome
202 é Mário Cardoso eu sou representante pela CNI Confederação Nacional da
203 Indústria, inclusive em relação aquela proposta de Resolução eu acho que eu
204 mandei para o Ministério do Meio Ambiente mandei até alguns comentários
205 apesar de não ter o rebatimento no setor privado, eu olhando assim a
206 Resolução parecia muito mais um Decreto do que uma Resolução, inclusive eu
207 consultei o jurídico nosso para saber isso para saber eu sugeri isso ao
208 Ministério do Meio Ambiente que repassasse isso pelo jurídico para que nós
209 não tivéssemos todo um trabalho e chegasse a CTAJ volta tudo, ou então
210 modifica e acabam modificando a parte técnica, ele teve o mesmo
211 entendimento uma análise bem rápida ele não fez nada formal, mas ele teve o
212 mesmo entendimento inclusive me deu alguns subsídios que coloquei no email
213 que eu repassei ao pessoal do Ministério do Meio Ambiente. Eu não sei depois
214 disso teve alguma modificação no texto quanto à forma, mas o fato de criar
215 obrigação numa Resolução CONAMA, que isso talvez fosse ser feito por
216 Decreto seria mais consistente alguma coisa nesse sentido para que nós já
217 direcionássemos o que nós queríamos e o melhor formato, o melhor
218 instrumento a ser utilizado, se seria mesmo uma Resolução CONAMA ou às
219 vezes um Decreto.

220

221

222 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - A Resolução CONAMA
223 tem força de lei.

224

225

226 **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Não era questiono de ter ou não
227 ter força de lei, a questão e a competência do CONAMA ao que compete ao
228 CONAMA fazer, criar obrigações de repente pode ser questionado lá na frente
229 tem todo um processo é difícil nós nos reunirmos de você criar uma agenda,
230 trazer o pessoal de fora não vamos fazer depois que chegar a CTAJ que é a
231 última instância como já aconteceu em inúmeras vezes, volta e nós morremos
232 todos e acaba desmobilizando um grupo por uma iniciativa que é bacana não
233 estou nem questionando o mérito não é bacana, só nós tentarmos fazer de
234 maneira mais coerente com o que está sendo pensado, como que é pensado
235 na parte jurídica também.

236

237

238 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - E se não me engano
239 inclusive esse assuntos já subiu a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e já
240 voltou para nós não é Tosa? Já não houve um...?

241

242

243 **SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Não. Porque
244 isso quando nós tivemos a última reunião estava no escopo de uma
245 recomendação, e a Câmara Técnica votou por fazer uma Resolução mesmo

246com dúvidas se isso passaria ou não pela CJ, mas o que o grupo fez aqui
247como isso ficou deliberado na Câmara Técnica que nós iríamos trabalhar uma
248Resolução o grupo trabalhou, mesmo com as dúvidas a posteriori de vir ou
249não, até pelo processo no trâmite normal da Câmara. Então o que nós fizemos
250nós fechamos a proposta não tive a oportunidade de ver se as contribuições
251que ele disse que enviou para o Ministério? Um mundo.

252

253

254(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

255

256

257**A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Você não tem
258as... Bom, mas aí o que o grupo chegou a conclusão de fechar a Resolução
259tentar encaminhar botar na ordem do dia, porque se nós formos esperar ainda
260no ano que vem para encaminhar isso se tiver um rebatimento da Câmara já
261vai ficar para o ano que vem.

262

263

264**A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Esse texto que foi
265definido no Grupo de Trabalho ele só pode ser deliberado pela Câmara
266Técnica, a discussão técnica já foi feita em nível de Câmara Técnica mesmo
267isso. Então se a Câmara Técnica optar achar que está tudo bem ela já vai
268direto para Assuntos Jurídicos. Então o próximo passo dela naturalmente se
269nós já aprovarmos aqui e ter uma avaliação jurídica. Então o que pode
270acontecer nós aprovamos aqui. Então vai direto para a Câmara Técnica e eles
271falam olha não está de acordo volta, e aí voltar, mas essa consulta ela vai ser
272feita automaticamente na tramitação normal dela.

273

274

275**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então podemos entrar no
276assunto diretamente. Então eu vou fazer à leitura aquilo que foi proposto para a
277apreciação dos senhores Conselheiros. O Conselho Nacional do Meio
278Ambiente CONAMA no uso das suas atribuições estão conferidas pela lei 6938
279de 31 de agosto de 81, regulamentado pelo Decreto 99274 de 6 de junho de
28090, alterado pelo Decreto lei 942 de 27 setembro de 2001, e tendo em vista o
281dispositivo do seu Regimento Interno e aqui já tem a reconsiderando que a
282agenda ambiental da Administração Pública A3P é um programa coordenado
283pelo Ministério do Meio Ambiente MMA, que tem como princípio da inserção
284dos critérios socioambientais nas atividades regimentais que vão desde uma
285mudança nos investimento compras e contratação de serviço pelo Governo, até
286uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados
287além a promover a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.
288Entra o primeiro tópico em que houve alguma alteração, então nós vamos
289aprovando por tópico ok? Está bem para vocês assim? Vocês preferem essa
290leitura toda e depois nós retomamos? Então vamos lá. Considerando que os
291governos são significativos consumidores e também produtores de bens e
292serviços, e que através de uma política de compra de melhoria do desempenho
293ambiental em suas instalações prediais operações e procedimento
294administrativos, podem contribuir significativamente para que se alcancem
295padrões mais sustentáveis de consumo e de produção. Considerando a

296necessidade de garantir a observância no âmbito da Administração Pública e
297dos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela lei
2986.93881 e da política nacional de Educação Ambiental estabelecida pela lei
299979599, e a política nacional de resíduos sólidos estabelecidos pela lei número
30012305 de 2010. Esse último é o que foi alterado nesse tópico. Considerando a
301relevância da interface entre o programa A3P, o plano nacional de produção,
302consumo sustentável e a política nacional das mudanças climáticas também
303reconsideradas assim, considerando a importância e os órgãos
304governamentais liderarem o processo de adoção de novos padrões de
305desempenho ambiental em suas prediais, operação de procedimentos
306administrativos tendo em vista a ampliação das experiências desenvolvidas
307pela agenda ambiental da Administrativa Publica A3P, que é à agenda de
308responsabilidade socioambiental do Governo, que se tornou uma das principais
309ações de proposição e estabelecimento no novo padrão de responsabilidade
310nas atividades econômicas da gestão pública. Resolve art. 1º, os órgãos e
311entidades da Administração Pública do SISNAMA adotarão A3P com a
312finalidade de propor normas e padrões de sustentabilidade relativa da inserção
313da variável ambiental na atuação governamental, de modo a orientar o
314consumo e a gestão dos recursos naturais e bens públicos, devendo incluir
315dotação orçamentária para a implementação do programa. § único os órgãos
316de Administração Pública é entidades das três esferas de Governo e no âmbito
317dos três poderes não integrados diretamente ao SISNAMA, poderão adotar o
318programa A3P mediante termo de adesão junto ao MMA. Art. 2º estabelecer a
319agenda ambiental na administração pública como princípio preventivo, como
320princípio preventivo que oriente e normatize padrões de responsabilidade
321socioambiental para o controle das atividades de forma a apontar um novo
322referencial e sustentabilidade nas atividades da administração pública. Art. 3º,
323a A3P atuará por intermédio de uma Comissão Interna em cada órgão ou
324entidades. § único, as comissões serão compostas preferencialmente por
325membros de diferentes setores dos órgãos ou entidades. Art. 4º, as comissões
326da A3P atuarão segundo os seguintes eixos temáticos, 1, uso racional dos
327recursos naturais de bens públicos; 2, de gestão adequada dos resíduos
328gerados a: com participação efetiva dos membros da Comissão de coletas
329seletivas solidaria Decreto 5940 de 2006, e demais comissões vinculadas à
330questão ambiental; 3, qualidade de vida no ambiente de trabalho; 4,
331sensibilização e capacitação dos servidores; 5, licitações sustentáveis a:
332observando a legislação permanente e em especial a instrução normativa 001
333de 2010; 6, construções sustentáveis art. 5º, as comissões da A3P ficam
334encarregadas de, 1: sensibilizar e promover a capacitação dos servidores. 2:
335realizar diagnóstico. 3: elaborar e implementar projetos de atividades. 6: criar
336mecanismo de avaliação monitoramento e divulgação do resultado em nível
337nacional junto ao MMA. Art. 6º o programa da A3P será de caráter permanente.
338Art. 7º esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Esse é o
339tema já com as alterações, e agora como os senhores gostariam que fosse lido
340novamente e aprovado cada modificação certo? Ok. Tosa, tem alguma
341sugestão? Então vamos direto primeira modificação. Aqui...

342

343

344(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

345

346

347 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - No caso aqui esse primeiro
348 considerando já é aditivo? Então como segue o primeiro aditivo e considerando
349 que agência ambiental na administração pública a A3P, é um programa
350 coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente MMA que tem como princípio da
351 inserção dos critérios sócio-ambientais nas atividades regimentais que vão
352 desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviço pelo
353 Governo até uma gestão adequada dos resíduos gerados dos recursos
354 naturais utilizados, além de promover a melhoria na qualidade de vida no
355 ambiente de trabalho. Todos estão de acordo com o texto?

356

357

358 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu só achei, analisando os 4 eu
359 acho que são 4 os considerando, têm algumas repetições assim em todos eles
360 no 4º inclusive tem um ponto, o 4º ou o 5º tem um ponto que repete
361 praticamente idêntico ali no segundo ou terceiro parágrafo. E eu acho que tem
362 colocar uma lógica também no processo que nós começamos a falar da A3P
363 sem falar o que se trata a A3P que está na última ali, que é agenda
364 responsabilidade socioambiental o Governo. Então assim só pensar o todo o
365 que vamos colocar problema primeiro? Depois falar o que é a A3P
366 destrinchando qual é a lógica do pensamento nosso quando nós colocamos os
367 considerando.

368

369

370 **A SRª. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Mas esse
371 primeiro considerando é a definição do que é a A3P.

372

373

374 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas lá embaixo você fala de
375 novo isso, então...

376

377

378 **A SRª. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Tem uma
379 hora que repete.

380

381

382 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Tem uma hora que repete talvez
383 a ordem da distribuição dos considerando talvez tenham que ser mudada.

384

385

386 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Como seria então? Vamos
387 ouvir os Conselheiros.

388

389

390 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu estou sem essa versão
391 imprensa.

392

393

394 **A SRª. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - É o 4º
395 considerando que tem muita coisa que está igual, que nós poderíamos talvez

396enxugar. Desce um pouquinho. Depois do que está repetindo. Esse último
397parágrafo aí tem muita coisa repetida mesmo. E tira o quinto. É porque o quinto
398está muito repetido.

399

400

401**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Estão todos de acordo com
402a essa mudança? Então ok fica aprovado essa primeira mudança, mudando a
403ordem aqui desconsiderando o quinto para segundo. É isso?

404

405

406*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

407

408

409**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Vamos seguir então a
410leitura. Considerando que os governos são significativos consumidores e
411também produtores de bens e serviços, e que através da uma política de
412compra e de melhorias do desempenho ambiental em suas instalações prediais
413operações, e procedimentos administrativos podem contribuir
414significativamente para que se alcancem padrões mais sustentáveis de
415consumo e de produção. Considerando a necessidade de garantir a
416observância no âmbito da administração pública nos princípios da política
417nacional de Meio Ambiente estabelecida pela lei nº 6938/81, e da Política
418Nacional de Educação Ambiental estabelecida na lei nº 9795/99 e a política
419nacional de resíduos sólidos estabelecida pela lei nº 12305/2010, tem essa
420pequena alteração todos estão de acordo à inclusão?

421

422

423**A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - É porque a
424política nacional de resíduos faz um diálogo com a A3P, que foi aprovada
425agora.

426

427

428**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - Eu queria
429fazer só uma observação aqui nas linhas 2, 3 e 4 e tem a palavra estabelecida
4303 vezes, nós colocamos assim, nos princípios de política nacional de Meio
431Ambiente estabelecida pela lei 6938/2001 da Política Nacional de Educação
432Ambiental, tira o estabelecido, a lei 9795 de resíduos sólidos, lei deixa só o
433primeiro estabelecido e tira os outros dois aí, que aí já fico estabelecido até
434demais.

435

436

437**A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Deixa só
438primeiro.

439

440

441*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

442

443

444**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Nessa primeira, Política
445Nacional de Meio Ambiente estabelecida fica, tira o estabelecido da linha 3 e 4,

446por favor. Essa primeira fica da primeira linha fica e tira da linha 3 e da linha 4 e
447tira o pela também bota, lei, lei e aí já fica resolvido. Poderia tirar a vírgula tira a
448vírgula porque finaliza, então o E finaliza. Tira a vírgula e deixa o E porque tem
449mais um em vermelho. Ok. Podemos prosseguir? Considerando a relevância
450da interface entre o programa A3P, o Plano Nacional de Produção e Consumo
451Sustentável e a Política Nacional de Mudanças Climáticas aí vão para outro
452considerando já que subiu é isso? Então aí vai ter que dar uma arrumada aqui,
453porque ficou em continuidade de encerrar aqui.

454

455

456**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu tenho um comentário a fazer
457a respeito desses considerando da relevância do plano nacional de produção e
458consumo sustentável da política de mudanças climáticas, o plano está ainda
459fase ainda de consulta pública, então...

460

461

462**A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Já terminou,
463vai se lançado dia 27.

464

465

466**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Então, mas não está. Pode até
467ser porque ele realmente ele tem uma interface, a questão é só o processo
468onde está de fechamento dessa questão.

469

470

471**A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Por isso que
472nós discutimos isso.

473

474

475**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Agora a política nacional de
476mudanças climáticas é que não vejo os planos setoriais, não tem nada
477relacionado com isso daqui os planos setoriais que estão previstos na política
478nacional de mudanças climáticas.

479

480

481**A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Eu não
482estava aqui na hora do, mas eu também acho que a política nacional de
483mudança climática não estaria aí, o plano totalmente.

484

485

486**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Tem haver a minha questão era
487só em ralação ao processo como é que está andando, mas se dar se vai ter
488tempo para os dois acabarem ao mesmo tempo tudo bem, agora a política não
489vejo.

490

491

492**A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Eu quando vi
493isso aqui também, eu não colocaria a política nacional de mudança climática.
494Visível não tem.

495

496

497 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

498

499

500 **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – A questão é muito mais
501 industrial ou voltado para a questão do desmatamento é outro foco não é esse.

502

503

504 **SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Eu também
505 acho. É claro que indiretamente tem a ver, mas eu acho que...

506

507

508 **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas eu acho que não acabaria
509 colocar, eu não vejo essa interface acho que fica mesmo um julgamento de
510 valor que não está explicitado isso na política.

511

512

513 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então como que vão
514 observar então senhores? Estão todos a favor?

515

516

517 **SR^a. LUCIARA FRANCO MOTA (Governo Municipal Região Norte)** - Eu
518 quero colocar o meu ponto de vista, eu acho que a interface em relação ao
519 consumo energético dentro da A3P dentro desse processo de racionalização
520 de lógico desvincular totalmente...

521

522

523 **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas o foco na questão
524 energética dentro da política é muito mais em cima da oferta da produção de
525 energia, aliás, é esse plano setorial da energia que está sendo feito agora ele é
526 com foco todo no plano decenal de energia, não tem a ver com consumo
527 economia no consumo de energia. Então não está isso explicitado lá na política
528 não está, seria assim pode até chegar a esse ponto, mas vai ser um processo
529 não está lá escrito nada relacionado com isso que estamos tratando aqui
530 consumo nada disso, quer dizer, pode ser que tenha se criado lá para frente,
531 mas nessa daqui que está agora numa regulamentação de um desses planos
532 talvez tenha essa sinalização, mas agora não tem, agora nós estaríamos
533 fazendo um julgamento, está fazendo uma análise meio subjetiva do que uma
534 coisa que não está escrito.

535

536

537 **SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - A questão
538 ficou assim forte no grupo, é que seria fundamental nós citarmos o plano
539 mesmo ele estando no processo ainda já terminou a Consulta Pública e o que
540 eu estou sabendo é que ele vai ser lançado até fim de 31 de dezembro. Mas
541 esses dialogam é o tempo todo, o tempo todo, e aí eu dei uma saída e agora
542 que eu estou vendo esse lance da mudança é claro que subjetivamente tem
543 uma interface, mas eu não colocaria em uma Resolução da A3P. Agora, outra
544 coisa também é que ficou essa frase meio solta aí nós poderíamos juntar ela
545 naquele considerando da frente ali, considerando a necessidade dessas

546políticas e a relevância da interface do plano de mudança de produção e
547consumo. Poderia juntar lá.

548

549

550O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA) - A sugestão
551de inclusão de plano de mudanças climáticas ali foi minha, eu participei da
552discussão da política estadual de mudanças climáticas de Bahia, e desse
553trabalho nosso da Bahia veio para a discussão no âmbito nacional e o foco da
554discussão gira todo em padrão modelo de civilização, modelo de
555desenvolvimento porque o que nós podemos estar esperando que nós
556tenhamos disponibilizado de recurso natural, e como consumir isso com
557racionalidade sem destruir o ambiente. Então a política nacional de mudanças
558climáticas especificamente a política baiana que foi essa que eu posso falar
559que tenho participação ativa, tem um foco muito relacionado com a questão da
560A3P e do modelo de produção e consumo. Na essência tem, eu não me lembro
561agora como ficou o detalhe da nacional tanto que a minha sugestão foi colocar
562a política nacional de mudanças climáticas e as política estaduais. Estão
563entendendo?

564

565

566(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

567

568

569O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA) - Então, tudo
570bem. Então até chegar aqui no caminho ficaram alguns pedaços por aí.

571

572

573O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI) – Eu creio que na discussão de
574mudança climática isso tem um rebatimento sim não estou discordando disso
575não, agora na política no instrumento política na lei que virou a política não
576tem. Essa não está lá previsto.

577

578

579O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil) - Como ficamos então? Qual
580é a aprovação? Vamos votar então? Quem é a favor da mudança?

581

582

583O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI) – Eu sou a favor da retirada dessa
584interface com a política de mudanças climática.

585

586

587O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil) - Quem é a favor de
588permanência? Então a favor da permanência 4, a um fica considerada a
589permanência do item.

590

591

592A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte) - Vamos fazer
593um consenso aqui porque no... Eu sou contra.

594

595

596 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então são dois.

597

598

599 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu posso fazer uma sugestão?

600

601

602 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Teria que ser os votos
603 válidos.

604

605

606 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Colocar o número da lei também
607 tal qual vocês fizeram em cima, por que...

608

609

610 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Ok, então fica mantido.

611

612

613 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Sim, vai
614 juntar?

615

616

617 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Não vai juntar vai ficar
618 independente, não é isso Cláudio?

619

620

621 **O SR. CLÁUDIO** – Tudo indica uma relevância de interface.

622

623

624 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

625

626

627 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - A relevância.

628

629

630 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

631

632

633 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Pode colocar bem como aí, bem
634 como a relevância?

635

636

637 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Pode. Bem
638 como.

639

640

641 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu não concordo com o
642 conteúdo não, mas nós melhoramos.

643

644

645 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

646

647

648 **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Você diz a política? Já foi
649 votado.

650

651

652 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - O que ficou?

653

654

655 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então vamos incluir nesse
656 parágrafo, como é que fica então Tosa?

657

658

659 **SR. TOSA** – Bem como.

660

661

662 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Bem como.

663

664

665 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então fica. Então juntou os
666 dois parágrafos é isso? Os dois considerandos e ficou um parágrafo com as
667 referências aos Marcos legais é isso?

668

669

670 **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Ok.

671

672

673 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Acha que ficou legal aí.
674 Então todos de acordo? Então passamos para o segundo, para o próximo.
675 Resolve art. 1º, os órgãos de entidades da administração pública do SISNAMA
676 adotarão a A3P com a finalidade de propor normas e padrões de
677 sustentabilidade relativos à inserção da variável ambiental na atuação
678 governamental, de modo a orientar o consumo e a gestão de recursos naturais
679 e bens públicos devendo incluir dotação orçamentária para a implementação
680 do programa. Essa foi à alteração do texto.

681

682

683 **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – É só retornando um comentário
684 que eu fiz que isso me parece um Decreto ainda mais quando nós criamos uma
685 obrigação e ainda fala que vai ter dotação orçamentária para tanto, acho que
686 isso extrapola em muito a competência do CONAMA e uma proposta de
687 Resolução. Eu acho que extrapola e muito não sou advogado não sei embasar
688 juridicamente o meu ponto de vista, mas o que nós temos visto de Decreto e
689 Resoluções parecem que sem fora muito do que é previsto para uma
690 Resolução. Mas, eu sou contrário toda a proposta do jeito que está, eu acho
691 que teria que ser rediscutido, mas eu deixo a votação das pessoas dos
692 participantes.

693

694

695 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Bom. Então em votação
696 então essa inclusão do texto estão todos de acordo? Então ok, então fica...

697

698

699 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - Essa, a
700 única dúvida que eu tenho desde manhã eu estava com essa dúvida também
701 com relação a esse art. 1º, que nós discutimos aqui Paulo e não implanta sem
702 recurso. Então se concluiu devendo incluir não está devendo obrigatoriamente
703 incluir a dotação orçamentária. Da forma que está aqui eu no meu entender
704 não esse art. 1º deve fazer, não é tem que fazer, tem que ver a interpretação
705 de que o jurídico vai dar a esse aspecto que se o jurídico entender que isso
706 extrapola. Então nós trocamos essa palavra por podendo incluir, porque
707 também não sei se vai satisfazer em função fica inócuo. Então ou deixa a
708 dúvida Paulo é com relação eu acho que o restante do artigo está totalmente
709 pertinente a Resolução CONAMA, mas essa parte da dotação orçamentária
710 realmente é a única coisa que me deixa assim, se tivesse uma consulta ao
711 jurídico seria interessante.

712

713

714 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Com certeza vai subir ao
715 jurídico.

716

717

718 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - Então
719 permanece.

720

721

722 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Passar pelo filtro jurídico
723 ainda.

724

725

726 **A SRª. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - O jurídico vai
727 resolver lá.

728

729

730 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Extrapola a nossa
731 capacidade de julgamento da nossa Câmara Técnica de Educação Ambiental.
732 § único os órgãos da administração pública e entidades das três esferas de
733 Governo e no âmbito dos três poderes não integrados diretamente ao
734 SISNAMA poderão adotar o programa A3P mediante termo de adesão junto ao
735 MMA. Esse parágrafo único foi incluído.

736

737

738 **A SRª. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Nós agora
739 aqui também não lembramos como está no poderão no voluntário, nós
740 poderíamos incluir também aí questão privada não cabe? Não cabe?

741

742

743 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - E como votam então os
744 senhores Conselheiros em relação ao § único? São todos a favor?

745

746

747 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Sim.

748

749

750 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Ok. Então aprovado o §
751 único. Art. 2º, estabelecer a agenda ambiental na administração pública como
752 princípio preventivo, que oriente e normatize padrões de responsabilidade
753 socioambiental para o controle das atividades de forma a apontar um novo
754 referencial da sustentabilidade nas atividades da administração pública. Art. 3º,
755 a A3P atuara por intermédio de uma Comissão interna em cada órgão ou
756 entidades, aí houve uma omissão de comitê para Comissão. O segundo
757 também tem aqui duas modificações que é como a agenda de, passa a ser só
758 como princípio preventivo com princípio preventivo. Houve uma pequena
759 mudança de ordem no texto, estão de acordo então nesse para poder
760 prosseguir para o próximo?

761

762

763 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Deixa-me fazer uma pergunta
764 aqui, nós colocamos princípios eu estou até meio constrangido aqui porque
765 realmente isso aqui é do setor público, mas eu me sinto parte dele também
766 afinal de contas o Governo é nosso, mas a questão dos padrões desses
767 padrões, desses critérios, desses princípios da A3P onde que isto está
768 descrito? Porque eu acho que você criar uma obrigação tem a seguir A3P e em
769 momento algum nós falamos aonde que isso vai ser resolvido se vai ter uma
770 regulamentação, por isso que eu acho que tem um passo anterior a essa
771 Resolução que seria a criação da obrigação, onde que isso está descrito para
772 que siga que aqui a Resolução siga esse processo ao encadeamento aqui do
773 pensamento, e se a Comissão quem vai criar quer dizer quem vai definir quais
774 são esses critérios princípios e indicadores para que se cumpra pela
775 administração pública.

776

777

778 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

779

780

781 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas tem através de qual
782 instrumento? É porque não estou enxergando isso aqui.

783

784

785 **A SR^a. RITA DE CÁSSIA (Governo do Estado do Ceará)** - Não existe um
786 instrumento legal, existe o programa ele tem caráter voluntário. Então
787 realmente um instrumento legal deliberando sobre esses princípios não existe,
788 mas os princípios em caráter voluntário no programa existem sim.

789

790

791 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Existe um referencial?

792

793

794 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Programa do Ministério do
795 Meio Ambiente.

796

797

798 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Porque eu acho que essa
799 vinculação a alguma coisa onde estão descritos esses princípios têm que ser
800 feito.

801

802

803 **A SR^a. RITA DE CÁSSIA (Governo do Estado do Ceará)** - Poderia colocar,
804 poderia complementar descritos no material A3P do Ministério do Meio
805 Ambiente, sei lá.

806

807

808 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Só para fazer
809 uma observação, ele não fala dos princípios ele fala que o estabelecimento da
810 agenda ambiental é como um princípio preventivo, ele não fala dos princípios
811 da agenda, não sei se essa é a interpretação de vocês.

812

813

814 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas ele fala em um momento e
815 normatiza os padrões de responsabilidade, quer dizer ele fala de uma agenda
816 pressupondo que ela já existe e ela existe aonde? Então para quem pega isso
817 agora...

818

819

820 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Mas ela está
821 introduzindo o que é essa agenda nos considerandos.

822

823

824 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas não precisava ser criado,
825 vou pensar na lógica que isso aqui e para todo mundo não para nós aqui.
826 Então você pega define uma obrigação de você seguir A3P, essa A3P onde
827 que ela está descrita, onde que esses princípios e critérios indicadores estão
828 relacionados? Eu acho que primeira vinculação que tem que ser feita algum
829 documento sempre existente, uma ABNT se fosse o caso, uma regra qualquer
830 do que INMETRO que seria a meu ver uma instituição que faz esse tipo de
831 trabalho. Você vincula a uma norma a uma ABNT pré-existente, eu não vejo
832 isso a A3P virou uma coisa meio teórica e eu não estou vendo a amarração
833 dela na prática, se ela está definida pelo Ministério do Meio Ambiente através
834 de uma Instrução Normativa, através do que? Porque senão cada um vai ter a
835 sua versão da A3P.

836

837

838 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Existe um
839 programa da A3P.

840

841

842 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu sei.

843

844

845 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Então é nele
846 que você vai se basear.

847

848

849 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas onde que está escrito? Isso
850 tem que estar...

851

852

853 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Está lá nos
854 considerandos. Naqueles dois parágrafos que nós colocamos juntos.

855

856

857 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Se você vai obrigar alguém a
858 seguir qualquer regra você tem que falar que regra é essa. Essa regra tem que
859 estar descrita em algum instrumento formal um programa ele começa e tem
860 começo, meio e fim e como é que faz? Eu estou achando meio fluído não tem
861 muito amarração nessa história.

862

863

864 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Mas aí é uma
865 consideração sobre todo o conteúdo. Então nós temos que ficar aqui
866 observando só os itens que estão sendo analisados, senão nós vamos
867 começar de novo.

868

869

870 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – A verdade é que eu estou
871 perguntando para ver se eu tenho resposta, não é para...

872

873

874 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

875

876

877 **O SR. EURO DETOBINE (SPU/MPOG)** – Isso foi um pouco discutido na parte
878 da manhã, e a questão da amarração ficou justamente naqueles planos,
879 naqueles considerando ali que eu lembro que eles instituíram lá plano que foi
880 até por isso também que eles incluíram o plano das mudanças climáticas para
881 ele estar amarrado em alguma coisa justamente para poder sanar isso daí,
882 pelo que eu entendi na parte da manhã ficou mais ou menos discutido isso.

883

884

885 **A SR^a. LUCIARA FRANCO MOTA (Governo Municipal Região Norte)** - Eu
886 queria dizer que concordo eu entendo em parte o que você está dizendo, e
887 eu acho que é válido talvez pertinente que se busque os instrumentos que já
888 existem nesse programa que é um programa extenso e antigo a primeira vez
889 que eu vi um material da A3P foi enfim não sei, mas a 7 anos atrás, tem uma
890 série de materiais muito bem feito inclusive no próprio site do MMA, vídeos,
891 cartilhas materiais que dão esse apoio ao programa até então voluntário que
892 ele partindo para uma Resolução talvez seja válido realmente colocar alguma
893 coisa que vincule melhor esses instrumentos do programa à Resolução.

894

895

896 **O SR. EURO DETOBINE (SPU/MPOG)** – Aquele considerando que foi riscado
897 ali, considerando a relevância e interface do programa da A3P plano nacional
898 era aquilo ali, vocês estão lembrados essa amarração que você está falando
899 era justamente aquele que foi riscado ali.

900

901

902 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

903

904

905 **O SR. EURO DETOBINE (SPU/MPOG)** – Desculpe, está certo. Então está
906 amarrado existe amarração nesse sentido, mas de fato o instrumento...

907

908

909 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - Era só
910 colocar aí interface entre o programa A3P ou ali ou mais em cima, conforme
911 documentos disponíveis no Ministério do Meio Ambiente. Bota um parêntese lá
912 é fala onde está o material. Eu acho que instituído o ano tal... Eu acho que
913 cabe colocar, quando fala da A3P pela primeira vez coloca programa,
914 programa instituído no ano tal pelo Ministério do Meio Ambiente e disponível no
915 endereço tal. Pronto. Bota em nota de rodapé e pronto. Não tem nota de
916 rodapé? É ruim... Pode dar uma informada aí.

917

918

919 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Isso vai pelo
920 fluxo porque tudo agora está falando, todos os documentos do Ministério estão
921 falando de A3P.

922

923

924 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

925

926

927 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então é uma Resolução
928 futurista. Ela pode vir se encaixar perfeitamente.

929

930

931 **A SR^a. LUCIARA FRANCO MOTA (Governo Municipal Região Norte)** - Só
932 tirar uma dúvida última antes de fecharmos isso. Existe alguma previsão no
933 Grupo de Trabalho que foi discutido de suporte desse programa do MMA às
934 entidades que queiram aplicar a A3P?

935

936

937 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Isso foi discutido de manhã
938 e foi sugerido uma Instrução Normativa pelo Ministério do Meio Ambiente para
939 as questões de metodologias, avaliação e monitoramento. Isso sai como
940 complemento mais na frente. Que nós precisamos ter esses mecanismos. Eu
941 acho que...

942

943

944(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

945

946

947**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Aqui quando chegar no art. 948^{5º} lá no final, tem no item 6 criar mecanismos de avaliação monitoramento e 949divulgação dos resultados em nível nacional junto ao MMA, estão vendo? Aí 950nós pensamos em fazer uma instrução CONAMA técnica para orientar a 951avaliação e monitoramento e etc. agora com relação ao acompanhamento da 952A3P, a sugestão que o Márcio do Ministério deu aqui de manhã foi que a nível 953federal como as adesões são muitos vai faltar braços daqui a pouco, então se 954que a nível federal eles atendem até onde eles puderem e em nível estadual 955atender ao nível municipal. O que também em uma determinada escala pode 956também faltar braços, mas se faltar é bom sinal é sinal que preciso botar mais 957gente na gestão publico para resolver o caso.

958

959

960**A SR^a. LUCIARA FRANCO MOTA (Governo Municipal Região Norte)** - É 961isso que eles falaram.

962

963

964**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Isso é bom, porque o 965Governo trabalha por demanda.

966

967

968**A SR^a. LUCIARA FRANCO MOTA (Governo Municipal Região Norte)** - Eu 969tenho uma questão assim de uma dúvida que me veio agora, quando nós 970falamos no art. 1º que os órgãos do SISNAMA adotarão a agenda, nós 971teríamos que por uma Resolução estipular um prazo? Ou não?

972

973

974(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

975

976

977**A SR^a. LUCIARA FRANCO MOTA (Governo Municipal Região Norte)** - É 978isso que eu estou falando porque de repente muitas Resoluções dão um prazo, 979entendeu? Todos os órgãos deverão aderir agenda no prazo de um ano, no 980prazo de dois anos. Eu não sei se teria que ter ou deixar.

981

982

983**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu não acho que esse seja 984o caso como existem muitas Resoluções e leis inócuas de se dar prazo, mas 985de ter capacidade de convencimento e força política para fazer isso acontecer 986isso é decisão política, esse papel aqui senão tiver decisão política vira letra 987morta.

988

989

990**A SR^a. LUCIARA FRANCO MOTA (Governo Municipal Região Norte)** - Essa 991Resolução é mais uma vontade política.

992

993

994O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil) - Não adianta dar prazo
995adianta é lutar para que a funcione...

996

997

998A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte) - Mais
999simbólica. Sempre nós chegamos, eu tenho as minhas dúvidas serias eu acho
1000que Câmara vai falar.

1001

1002

1003O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil) - Podemos dar
1004continuidade? Então ficou no art. a A3P pontuará por intermédio de uma
1005Comissão não comitê interna de cada órgão ou entidade. Ok com a alteração
1006de comitê para Comissão? Todos de acordo?

1007

1008

1009A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte) - É que no
1010material da A3P sempre vem escrito a palavra Comissão, aí nós quisemos...

1011

1012

1013O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil) - Acompanhou. Então ok.
1014Então fica sai comitê e entra Comissão aqui. § único, as Comissões serão
1015compostas preferencialmente por membros de diferentes setores dos órgãos
1016ou entidades. Então também aqui houve essa alternância na Comissão. Ok a
1017todos? O art. 2º, foi sim, foi aprovado. § único, as comissões serão compostas
1018preferencialmente por membros de indiferentes setores dos órgãos ou
1019entidades. Ok aprovado. Art. 4º, as comissões da A3P atuarão segundo
1020seguintes eixos temáticos também passa a ser Comissão aprovado. O uso
1021racional dos recursos naturais e bens públicos. 2, gestão adequadas dos
1022resíduos gerados a: com participação efetiva dos membros da Comissão de
1023coleta seletiva solidaria Decreto nº 5940/2006 e demais Comissões vinculados
1024a questão ambiental. Só para retificar todos os pontos a cima discutidos foram
1025aprovados. Então agora estamos considerando o art. 4º número dois. Ok está
1026aprovado então?

1027

1028

1029A SR^a. LUCIARA FRANCO MOTA (Governo Municipal Região Norte) - Eu
1030posso fazer uma observação? No item 2, eu achei vinculados a questão
1031ambiental um termo lá muito abrangentes que abrangente...

1032

1033

1034O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI) – Eu concordo com ela também,
1035eu ai fazer a mesma colocação existem diversas Comissões que tratam de
1036florestas, por exemplo, que...

1037

1038

1039A SR^a. LUCIARA FRANCO MOTA (Governo Municipal Região Norte) - Está
1040no tópico de resíduos. Então acho que ali não precisa.

1041

1042

1043A **SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Nós
1044pensamos nas outras, mas o topo de resíduos.

1045

1046

1047A **SR^a. LUCIARA FRANCO MOTA (Governo Municipal Região Norte)** - Acho
1048muito interessante essa vinculação, colocar talvez demais Comissões
1049vinculadas ou gestão de resíduos. Não a questão ambiental até porque perde a
1050força. Demais comissões vinculadas à gestão de resíduos. Ou então para aqui
1051no Decreto, é porque exatamente a discussão foi, a tem várias outras
1052Comissões, mas o tópico é específico de resíduos. Então nós não temos que
1053botar as outras nós nessa aí passamos despercebidos. É só resíduo. Gestão
1054adequada dos resíduos e só o tópico dois. Eu sei Agnaldo, mas o número dois
1055é só gestão de resíduos as outras questões estão embaixo. Então se nós
1056botarmos qualquer Comissão vinculada a questão ambiental não tem lógica, o
1057tópico fala de resíduo. Entendeu? Esse tópico é porque o dois está falando
1058de...

1059

1060

1061O **SR. EURO DETOBINE (SPU/MPOG)** – Mais uma vez eu também na parte
1062de manhã eu também levantei essa questão. Porém, no inciso 1 ali, e também
1063é muito abrangente a meu ver, porque quando se fala em bem público, essa
1064A3P ela é ela tem um caráter mais restrito, restrito ao quê? Ao ambiente de
1065trabalho, ao consumo racional, as atividades que são desenvolvidas dentro do
1066prédio, dentro do órgão e nós falamos em de repente uso racional dos recursos
1067naturais e bem público. Eu trabalho no Patrimônio da União que tem rio federal
1068como bem publico, têm florestas de 400 eu sei que isso, mas na hora que você
1069coloca ali, ele deveria ser um pouco mais específico a meu ver que bem
1070público é esse? Porque isso tem vários tipos de bens públicos isso aí pode
1071recair lá e falar assim olha, mas o pessoal está atuante está falando que está
1072atuando sobre os bens públicos.

1073

1074

1075A **SR^a. RITA DE CÁSSIA (Governo do Estado do Ceará)** - Bem público é um
1076computador... O programa é específico, como o programa e específico na
1077administração pública, no exercício na sua jornada de trabalho. Então assim o
1078princípio o eixo temático dele também é quando nós colocamos aqui, uso
1079racional dos recursos naturais e bens públicos entende-se conhecendo o
1080programa, mas aí aqui isso é relacionado a programa A3P que nós precisamos
1081é conhecer o programa A3P.

1082

1083

1084O **SR. EURO DETOBINE (SPU/MPOG)** – Mas não está instituído como
1085falamos e etc. e está vinculado a algumas coisas, deixa pode ser que abra
1086precedentes nesse sentido de querer abranger um pouco mais da mesma
1087forma que item 2. Eu não sei como é que poderia ficar também como poderia
1088estender, mas de uma certa forma ele no inciso 1 ele está muito abrangente,
1089não está em consonância com o próprio programa A3P.

1090

1091

1092 **A SR^a. RITA DE CÁSSIA (Governo do Estado do Ceará)** - Como é que está
1093 escrito na cartilha?

1094

1095

1096 **O SR. AGNALDO MENDONÇA DE LIMA (ANAMMA SUL)** – Da questão de tu
1097 protegeres todos os recursos naturais inclusive os bens públicos que é uma
1098 geração de consumo, se tu danifica um bem público tu vai gerar um consumo
1099 comprando um outro bem público, e isso é mais consumo de recursos naturais
1100 eu acho que está vinculado essa palavra, eu concordo com a Rita que essa
1101 palavra tem que continuar tem que abranger porque o mérito é quem não
1102 conhece a A3P tem que conhecer o mérito da A3P, a A3P não fala só da
1103 questão do consumo de material de expediente, da questão de geração de
1104 resíduos ela fala também da questão do consumo de vários insumos que têm
1105 haver com a questão ambiental, é por isso que eu concordo que lá em cima
1106 tem que ficar a questão ambiental também.

1107

1108

1109 **A SR^a. RITA DE CÁSSIA (Governo do Estado do Ceará)** - É se você usa o
1110 papel reciclado porque você tem que tratar de relacionado.

1111

1112

1113 **O SR. EURO DETOBINE (SPU/MPOG)** – Eu não estou aqui para defender a
1114 manutenção ou não do termo ali, eu só acho que tem que ser condizente do
1115 que está sendo colocado ali desde o começo. Então por exemplo se ela está
1116 sendo colocada em um caráter restritivo aos prédios, ao consumo do que são
1117 feitos as atividades que são feitas dentro dos prédios e etc. ela não pode de
1118 repente abrir transcender igual você está falando AA algo mais. Tudo bem, mas
1119 se transcender então que fique claro então lá em cima têm que falar também a
1120 todos os bens, inclusive florestas da União.

1121

1122

1123 **A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Quando você
1124 trabalha a A3P tirando do escopo do material em si do fato, você trabalha a
1125 sensibilização dos funcionários. Então está incluído palestras, você fazer
1126 dinâmica com os servidores para falar da importância do bem público em si, da
1127 água, da floresta nesse sentido também entende? a sensibilização ela vai para
1128 um escopo maior.

1129

1130

1131 **O SR. EURO DETOBINE (SPU/MPOG)** – Não é o uso racional dos recursos
1132 naturais e bens públicos. Seria mais a sensibilização ao uso. É nesse sentido.

1133

1134

1135 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1136

1137

1138 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Como ficamos?

1139

1140

1141 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Deixa-me fazer, eu no começo
1142 eu entendi e depois eu concordo com as meninas, porque nós já definimos o
1143 que é a A3P, já definiu o nosso escopo pode se dizer assim quer dizer uma
1144 Comissão criada da A3P considera-se lógico que ela trabalha dentro do escopo
1145 da A3P, ela não extrapola a gestão de recursos naturais *lato senso* não, aquilo
1146 que cabe A3P, bens públicos aquilo que cabe à A3P porque mais ou menos
1147 lógico a Comissão da A3P ela não vai trabalhar a coisa *lato senso*, bens
1148 públicos e recursos naturais. Eu concordo com você.

1149

1150

1151 **O SR. EURO DETOBINE (SPU/MPOG)** – Também não é uma coisa tão lógica
1152 assim, quando ela é aplicada não é tão lógica assim. O Executivo sabe mais
1153 que ninguém sobre isso. O negócio.

1154

1155

1156 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Talvez no caput as Comissões
1157 da A3P atuarão dentro do escopo predefinido, sei lá, alguma coisa no sentido
1158 restringindo nesses tópicos, são tópicos não são...

1159

1160

1161 **O SR. EURO DETOBINE (SPU/MPOG)** – Querem saber minha opinião? Eu
1162 acho que também que ser mais abrangente do que isso aí concordando com o
1163 colega ali, agora tem que ser muito bem colocado para não deixar margem de
1164 dupla interpretação ou coisa do tipo lá para frente.

1165

1166

1167 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu concordo na lógica não pode
1168 ser uma panacéia realmente, não vai achar isso aqui uma solução para todos
1169 os males da humanidade não.

1170

1171

1172 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu acho que a objetividade
1173 agora seria interessante uma vez que a Plenária é quem vai repassar tudo isso,
1174 e ainda vão todos os comentários que vão ser feito lá e aprovação de plenária.
1175 Então o que nós estamos fazendo aqui e levar a coisa o mais pronta possível
1176 para não parar lá na Plenária de novo e voltar tudo para trás porque ainda vai
1177 passar pela jurídica não volta para cá e vai direto para a Plenária. Então pode
1178 alguém fazer pedido de vista e voltar quanto o melhor nós elaborarmos aqui
1179 mais rápido o andamento.

1180

1181

1182 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - Eu manteria
1183 as demais Comissões vinculadas à questão ambiental concordando com o
1184 Companheiro como é seu nome? Concordando com o Agnaldo por conta de
1185 que nós estamos nos referindo ali a um Decreto Federal, mas tem os estaduais
1186 e a abrangência da A3P vai até o municipal. Então se nós citamos alguma
1187 federal ali e abrangência.

1188

1189

1190A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte) - Eu colocaria
1191mais Decreto.

1192

1193

1194O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil) - Mas nós estamos falando
1195de Comissão gestão adequada dos resíduos gerados com a participação
1196efetiva dos membros da Comissão de coleta seletiva, Decreto tal e isso é a
1197nível federal, e nos outro níveis? E nos níveis podem ter outras Comissões com
1198outros nomes, com outros Decretos ou o que quer que seja. Então ainda
1199demais Comissões vinculadas à questão ambiental. Eu acho que não fecha por
1200quê? Porque isso é dentro usando o mesmo argumento o que senhor utilizou
1201agora companheiro, é dentro do universo da A3P, não é fora do universo da
1202A3P então a nossa referência aqui o título diz qual é o nosso recorte de
1203trabalho é dentro do universo da A3P, Comissões vinculadas à questão
1204ambiental, eu entendo que deva permanecer.

1205

1206

1207O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI) – Deixa eu fazer mais um
1208comentário em relação a isso. Analisando melhor agora no tempo da sua fala
1209aqui eu acho que deveria tirar inclusive esse item A, que nós estamos falando
1210dos eixos temáticos nós não estamos falando de composição dessas
1211Comissões. Então o local está meio inadequado, eu acho que talvez no artigo
1212anterior quando nós vamos falar da composição talvez ali nós fizéssemos
1213alguma citação em relação a isso. Porque aqui nós estamos falando de eixos
1214temáticos atuaram segundo os eixos temáticos, nós vamos falar do que tem
1215que compor fica uma coisa meio desconectada assim.

1216

1217

1218O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil) - Esse § único do art. 3º
1219complemento ele ali. Os órgãos ou entidades, com participação aí transfere
1220esse item A.

1221

1222

1223O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI) – Comissões relacionadas com o
1224tema em questão, alguma coisa no sentido.

1225

1226

1227O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil) - Tira esse item A.

1228

1229

1230O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI) – Tira esse item A todo.

1231

1232

1233O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil) - Está mal colocado, está no
1234lugar errado.

1235

1236

1237A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA) – Só uma
1238observação. Esse § único já foi aprovado a Câmara Técnica não se opõem a
1239retornar ele? Tem que saber com o presidente.

1240

1241

1242 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu acho que desde que
1243 esteja no acordo, eu acho que podemos fazer isso sim sem problema. Ok estão
1244 todos de acordo em rever de novo o que já foi votado?

1245

1246

1247 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - Alteração
1248 acho que de bom senso.

1249

1250

1251 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Não tem sentido, vamos fazer o
1252 melhor possível.

1253

1254

1255 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Vamos então retomar a
1256 redação anterior.

1257

1258

1259 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - § único.

1260

1261

1262 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Presidente, mas ele vai junto
1263 com as demais Comissões vinculadas a questão ambiental.

1264

1265

1266 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Vai subir o raciocínio.

1267

1268

1269 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Aí vai junto.

1270

1271

1272 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Vamos voltar para qual
1273 item Tosa para dar uma harmonia aqui nisso.

1274

1275

1276 **O SR. TOSA** – Art. 3º § único entidades, pode colar essa parte aí agora, com
1277 participação efetiva dos membros da Comissão de coleta seletiva solidária e
1278 Decreto tal e demais Comissões vinculadas à questão ambiental.

1279

1280

1281 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1282

1283

1284 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Nós vamos chegar lá.

1285

1286

1287 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Licitações sustentáveis ali
1288 a observação do item 5 art. 4º, é uma observação com relação apenas à norma
1289 legal e não a composição. Ok? Mas ali à composição da Comissão. Certo? Foi

1290discutido de manhã que a composição da Comissão deveria ter a participação
1291do pessoal das Comissões de coleta seletiva. E isso está completamente de
1292acordo com o que está aí.

1293

1294

1295**A SR^a. LUCIARA FRANCO MOTA (Governo Municipal Região Norte)** - Eu
1296também pensei um pouquinho Renata quando eu li, que realmente eu acho
1297uma questão de ordem da frase que pode melhorar o entendimento que seria,
1298simplesmente com participação efetiva das Comissões vinculadas à questão
1299ambiental como a Comissão de coleta seletiva solidária. Como um exemplo, no
1300caso e possíveis outras Comissões, mas claro essa acho que é um... Mas eu
1301não tiraria porque eu acho que é um ponto muito importante da aplicação da
1302A3P com participação efetiva na segunda linha § único, depois de efetiva
1303recorta a última frase Comissões vinculadas à questão ambiental, participação
1304efetiva de Comissões, depois de ambiental vírgula, como a Comissão... Deleta
1305dos membros e tira e demais, Coloca ponto depois do parêntese.

1306

1307

1308**A SR^a. KÁTIA PROBELLI (Governo Municipal Região Norte)** - Não é
1309Comissão interministerial?

1310

1311

1312**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - É por órgão. Vamos fazer
1313a leitura ainda e depois todos aprovam.

1314

1315

1316**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu não estou, falando a verdade
1317não estou confortável com essa questão de abrir a questão ambiental. Eu acho
1318que são muitas Comissões eu participo de uma três de temas totalmente
1319distintos e todo mundo caberia aí, que nós estamos criando também um
1320regramento deveria ter, aliás, se ficar do jeito que está é preferencialmente
1321pode ou não pode. Não está criando uma obrigação ali não. Pode ou não pode
1322ter participação de Comissões vinculadas à questão ambiental, que o
1323preferencialmente está lá não início da frase.

1324

1325

1326**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu tenho uma sugestão.
1327Comissões a fins aos princípios da A3P.

1328

1329

1330**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Pode ser, talvez eu acho que
1331nesse sentido nós matamos.

1332

1333

1334**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Coloca ali Comissões afins
1335aos princípios da A3P, porque não abre tanto.

1336

1337

1338**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Os temas tratados já que nós
1339estamos falando de eixos temáticos embaixo.

1340

1341

1342 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eixos temáticos estão
1343 embaixo, que está em cima agora.

1344

1345

1346 **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Digo assim, como nós vamos
1347 falar lá embaixo de eixos temáticos só tem os temas tratados pela A3P.

1348

1349

1350 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu colocaria Comissões
1351 afins à temática da A3P.

1352

1353

1354 **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Concordo, eu acho que fica
1355 melhor.

1356

1357

1358 **SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - Vinculadas
1359 à questão ambiental que eu estou achando muito abrangente.

1360

1361

1362 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Tosa, por favor,
1363 acompanha essa redação.

1364

1365

1366 **SR. TOSA** – Já falei, Comissões afins aos princípios da A3P, e agora você
1367 corta aí vinculadas à questão ambiental, e o resto segue. E aí como é que fica?

1368

1369

1370 **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Vocês acham que princípio seria
1371 melhor que temas tratados pela A3P?

1372

1373

1374 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1375

1376

1377 **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu também acho.

1378

1379

1380 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Pode ser. Questões
1381 vinculadas aos temas.

1382

1383

1384 **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Exato. Aos eixos temáticos para
1385 nós guardarmos uma coerência com o que nós vamos falar lá embaixo. Da
1386 A3P ótimo eu acho que ficou bem melhor assim, que lá embaixo nós não
1387 vamos criar dúvidas do que nós estamos falando lá embaixo vão falar dos
1388 eixos temáticos, e nesse sentido eu até pergunto precisa destacar a Comissão
1389 de coleta seletiva e solidária?

1390

1391

1392(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

1393

1394

1395 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Ok. Está feito. Eu estou
1396 pensando em simplificar deixar a coisa mais clara possível, mas eu acho que
1397 não atrapalha em nada não. Não é nesse sentido não.

1398

1399

1400 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Vamos ficar nesse texto
1401 então? Eu vou fazer a leitura de como ficou. Poderia apontar lá na tela, por
1402 favor. § único as Comissões serão compostas preferencialmente por membros
1403 de indiferentes setores dos órgãos ou entidades com participação efetiva de
1404 Comissão vinculada aos eixos temáticos da A3P como a Comissão de coletas
1405 seletivas solidárias Decreto nº 5940/2006.

1406

1407

1408 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Talvez ele mereça esse outras
1409 Comissões, porque você não está tratando das mesmas. Em outras Comissões
1410 vinculadas aos eixos temáticos da A3P. e não são as mesmas aquelas
1411 Comissões que nós estamos citando no início são outras Comissões.

1412

1413

1414 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Com participação efetiva
1415 de outras Comissões vinculadas aos eixos temáticos da A3P como a Comissão
1416 de coleta seletiva solidária Decreto nº 5940/ 2006.

1417

1418

1419(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

1420

1421

1422 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Tais são outros vários que
1423 sejam iguais. São outras. Essa é singular? E tal como a Comissão de coleta
1424 seletiva solidária ao Decreto nº 5940/2006. Então vamos colocar para
1425 aprovação. Aprovam o texto?

1426

1427

1428 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Aprovo.

1429

1430

1431 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Aprovado? Ok aprovado
1432 mantém-se aprovado. Art. 4º, as Comissões da A3P atuarão segundo os
1433 seguintes eixos temáticos que já foram aprovados nessa redação ok
1434 permanece? Um uso racional dos recursos naturais e bens públicos? Dois
1435 gestão adequada dos resíduos gerados. O A foi retirado. Aprovado essa
1436 retirada?

1437

1438

1439 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Aprovado.

1440

1441

1442**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Aprovado. 3, qualidade de
1443vida no ambiente de trabalho. 4, sensibilização e capacitação dos servidores. 5,
1444licitações sustentáveis a: observando a legislação pertinente e em especial a
1445Instrução Normativa nº 001/2010.

1446

1447

1448**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Aí eu tenho uma observação,
1449cabe colocar observando a legislação pertinente? Isso é meio subentende-se
1450de tudo que você vai fazer você tem que ler observar a legislação pertinente,
1451porque corremos até o risco até parecer outra nesse íterim de ficar citando
1452uma a uma, cada um vai falar de uma outra que seja mais importante que
1453aquela 8666...

1454

1455

1456**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então vamos suprimir por
1457inteiro esse item? Vamos suprimir. Então fica aprovado a retirada do A do art.
14585º. 6º construções sustentáveis artigo 5º as Comissões da A3P ficarão
1459encarregadas de 1: sensibilizar e promover a capacitação dos servidores
1460públicos. Art. 5º substituem comitê pelas Comissões como já foi anteriormente
1461falado e aprovado e o 1 sensibilizar e promover a capacitação dos servidores.

1462

1463

1464**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu tenho só uma sugestão aqui
1465de alteração de texto e verificar ficam encarregadas compete às Comissões da
1466A3P a ser destrinchados, porque essa é a maneira como nos usualmente se
1467refere a competência de qualquer coisa, ficam encarregadas num âmbito usual
1468para Resolução. Competem as Comissões da A3P: dois pontos aí sim
1469sensibilizar, realizar diagnóstico, elaborar e implementarem projetos, criar
1470mecanismos de avaliação do jeito que está.

1471

1472

1473**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Já estava aprovado isso.

1474

1475

1476**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Acabamos de ler.

1477

1478

1479**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Tudo bem, é que você
1480tinha colocado aprovado então ali. Então tudo bem.

1481

1482

1483**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Competem é plural competem
1484às craseados... Agora eu fiquei na dúvida é competem ou compete. É compete
1485é singular.

1486

1487

1488**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então, o art. 5º então a
1489nova redação é compete às Comissões da A3P: dois pontos. 1 sensibilizar e

1490promover a capacitação dos servidores, fica ok já pode dar aprovados ali
1491naquele outro. 1 sensibilizar e promover a capacitação dos servidores. Está
1492aprovado? Ok. 2 realizar diagnóstico. 3 elaborar e implementar projetos e
1493atividades.

1494

1495

1496**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eu tenho uma pergunta que ou é uma
1497questão de fundo assim que nós deveríamos colocar nos considerando ou é
1498aqui, que nós aprovamos uma Resolução que trabalha a questão da educação
1499e a comunicação ambiental nos órgão do SISNAMA. E é mais complexa do que
1500só sensibilizar e promover a capacitação. Mas nós não precisamos repetir
1501aquela ali, mas nós poderíamos citar ou nos considerandos que a forma de
1502capacitação ou de formação será feita de acordo vincular uma coisa a outra, e
1503aí não precisamos complicar essa daqui, mas nós tornamos mais sistêmicas
1504mais aprofundadas a Educação Ambiental que se faz aqui que não é só
1505sensibilizar e promover a capacitação, mas é realmente trabalhar uma questão,
1506uma visão mais ampla e complexa das questões ambientais não é só
1507comportamental, mas é também uma mudança realmente de valores, de
1508atitudes e tal. Não sei se...

1509

1510

1511(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

1512

1513

1514**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Considerando...

1515

1516

1517**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - Conforme
1518metodologias aprovadas na Resolução tal.

1519

1520

1521**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Ou conforme critérios aprovados na
1522Resolução tal.

1523

1524

1525(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

1526

1527

1528**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eu não me lembro ela está bem curtinha
1529a educação e a comunicação ambiental nos órgão do SISNAMA, ela cria
1530diretrizes para a educação e a capacitação. Conforme diretrizes perfeito, seria
1531pesquisar o nº dela aí, e perfeito é isso mesmo.

1532

1533

1534(*Falas sobrepostas fora do microfone*).

1535

1536

1537**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Mas aí teria que mudar também essa
1538frase aí, sensibilizar e promover a capacitação.

1539

1540

1541 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Olha todos os
1542 considerando foram aprovados, agora se nós formos mexer em tudo nós temos
1543 que começar de novo.

1544

1545

1546 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Não vamos mexer nos considerandos nós
1547 mexemos aí.

1548

1549

1550 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Conforme diretrizes.

1551

1552

1553 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - mas será que daria para olhar na Internet
1554 ou nós termos uma cópia aqui. Eu não estou com uma cópia dessa Resolução.
1555 A Resolução de Educação Ambiental.

1556

1557

1558 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Em busca a Educação
1559 Ambiental lá embaixo. Educação acho que não deve ter muitos.

1560

1561

1562 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Como eu não sou advogada eu nunca sei
1563 de números, de leis, só advogado que sabe.

1564

1565

1566 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Nem matemática, nem
1567 estatística. Educação acho que é.

1568

1569

1570 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Ano é 2010.

1571

1572

1573 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas, não está achando por aí
1574 não.

1575

1576

1577 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Diretrizes de educação e comunicação
1578 para Educação Ambiental.

1579

1580

1581 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1582

1583

1584 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Talvez diretrizes 2010. Deve ser.

1585

1586

1587 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Estabelece diretrizes para acompanha
1588 não tem educação.

1589

1590

1591 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Tem sim. Questão ambiental.

1592 Diretriz. É conforme diretrizes estabelecidas pela Resolução tal 422 de 2010.

1593

1594

1595 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Vai um pouquinho mais para baixo, que

1596 daí nós... Vai mais para baixo um pouquinho. Fazer a formação sei lá,

1597 contextualizando as questões sócias ambientais, por exemplo,

1598

1599

1600 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1601

1602

1603 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Alguma dessas que elas são mais ou

1604 menos parecidas, ao invés de colocar sensibilizar e capacitar parece um tic

1605 nervoso cada vez que fala de Educação Ambiental fala treinar, capacitar.

1606

1607

1608 **A SR^a. LUCIARA FRANCO MOTA (Governo Municipal Região Norte)** - Eu

1609 acho que talvez também tenha uma questão de entendimento que quando fala

1610 na proposta da minuta, sensibilizar e promover a capacitação dos servidores eu

1611 acho que não está se referindo a um termo amplo capacitação em Educação

1612 Ambiental, valores, atitudes e etc. está falando exatamente capacitar para

1613 implantação do programa A3P. Não seria uma questão ambiental genérico eu

1614 acho que cabe associar fazer uma menção a essa Resolução 422, mas talvez

1615 não entrar tanto em detalhe em relação a esses, a metodologia como fazer

1616 essa sensibilização.

1617

1618

1619 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Qual à sugestão então?

1620 Mantém o texto?

1621

1622

1623 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Então promover a formação dos

1624 servidores.

1625

1626

1627 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Sensibilização e a

1628 formação.

1629

1630

1631 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Em acordo com as diretrizes, a formação

1632 dos servidores de acordo com...

1633

1634

1635 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu vou fazer a leitura do nº

1636 1, do art. 5º sensibilizar e promover a formação dos servidores de acordo com

1637 as diretrizes preconizadas na Resolução CONAMA 422/2010. Estão de acordo

1638 com o novo texto?

1639

1640

1641 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Aí eu subentendo também que é
1642 dentro do escopo da A3P não é no amplo. Ok.

1643

1644

1645 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Ok aprovado. 2 Realizar
1646 diagnóstico. 3 elaborar e implementar projetos e atividades.

1647

1648

1649 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Sabe que eu tenho um
1650 questionamento porque nós vamos elaborar e implementar projeto e a mesma
1651 Comissão cria mecanismos de avaliação, monitoramento ela só falta monitorar
1652 finalizar todo o processo começar e terminar nela. Só achei meio estranho isso,
1653 mas...

1654

1655

1656 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1657

1658

1659 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Estão de acordo com a tal
1660 redação? Alguma modificação?

1661

1662

1663 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu posso fazer uma pergunta
1664 que não é nem questão disso não, mas ali no 4º nós fechamos em cima do
1665 nacional, no item 4 aí, criar mecanismo de avaliação monitoramento de
1666 divulgação dos resultados em nível nacional, a divulgação é em nível nacional
1667 é isso? Ou senão os resultados são os resultados que são em nível nacional.
1668 Tem que ter uma vírgula depois dos resultados ali ou então colocar o em nível
1669 nacional na frente.

1670

1671

1672 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Colocar um 5 um item 5.

1673

1674

1675 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Porque o que é em nível
1676 nacional? São os resultados ou a divulgação?

1677

1678

1679 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - O item 5 só para divulgação.

1680

1681

1682 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Concordo eu acho melhor tirar
1683 essa divulgação e criar um item 5 eu acho que fica melhor, inclusive alterando
1684 divulgação em nível nacional dos resultados obtidos que a divulgação que é em
1685 nível nacional. Não são os resultados.

1686

1687

1688 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Tirando o pedido de avaliação e
1689 monitoramento. E é divulgar.

1690

1691

1692 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI) –** Divulgar porque é...

1693

1694

1695 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil) -** Então, item 2 aprovado.

1696

1697

1698 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1699

1700

1701 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI) –** Avaliação e monitoramento no
1702 item 4.

1703

1704

1705 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil) -** Vamos por aprovado no
1706 item 2, o 3 e o 4?

1707

1708

1709 **A SR^a. RITA DE CÁSSIA (Governo do Estado do Ceará) -** Só em relação ali
1710 aos diagnósticos, na realidade no programa é um diagnostico situacional que é
1711 feito do órgão onde nós fazemos é tipo marco zero para iniciar o programa,
1712 então realmente realizar diagnóstico situacional do órgão ou entidades.

1713

1714

1715 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC) -** Mas pode ser diagnósticos de diversas
1716 coisas, ou diagnóstico situacional.

1717

1718

1719 **A SR^a. RITA DE CÁSSIA (Governo do Estado do Ceará) -** Pode. Então tudo
1720 bem, coloca realizar diagnóstico.

1721

1722

1723 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil) -** Então o item 2 está
1724 aprovado. O item 3 também. O item 4 ficou modificado e passou a existir o item
1725 5. Então eu vou fazer a leitura do 4 que foi modificado e ainda não aprovado.
1726 Criar mecanismos de avaliação e monitoramento. Aprovado? Ok aprovado. 5º
1727 divulgar resultados em nível nacional junto ao MMA.

1728

1729

1730 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI) –** O que é esse junto ao MMA?
1731 Não entendi ficou estranho.

1732

1733

1734 **A SR^a. RITA DE CÁSSIA (Governo do Estado do Ceará) -** Divulgar
1735 resultados basta isso.

1736

1737

1738 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI) –** Eu também acho.

1739

1740

1741 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1742

1743

1744 **A SR^a. RITA DE CÁSSIA (Governo do Estado do Ceará)** - Junto ao SINIMA.

1745

1746

1747 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Tem mais sentido. Que o
1748 SINIMA já subentende.

1749

1750

1751 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então o item 5 é divulgar
1752 resultado junto ao SINIMA. De acordo? Ok aprovado o 5. Art. 6º, o programa
1753 da A3P será de caráter permanente. Bom, ok artigo 6º? Art. 6º aprovado. Art.
1754 7º essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Então
1755 terminamos a questão já anteriormente tratada na Câmara Técnica e aprovado
1756 os textos com a alteração na 23ª reunião da Câmara Técnica de Educação
1757 Ambiental. Renata, a Raquel está presente é nós tínhamos feito uma alteração
1758 de pauta aqui. Que é da diretoria de Educação Ambiental do MMA. É isso
1759 aqui? Então na Ordem do Dia voltamos ao 3.1 processo nº 2000003134 de
1760 2005/21 recomendação para centro de Educação Ambiental CEA. Raquel esse
1761 aqui é o seu. Assunto proposta de recomendação para regulamentar centro de
1762 Educação Ambiental interessado a diretoria de educação ambiental MMA.
1763 Tramitação a proposta foi discutida na 58ª reunião da Câmara Técnica de
1764 Assuntos Jurídicos e deliberada a devolução da matéria a Câmara de origem.
1765 O representante da CTAJ o senhor José de Moraes neto que não pôde
1766 comparecer na reunião anterior permanecera nessa reunião para relatar a
1767 matéria. A CTA em sua última reunião respondeu aos quesitos apresentados
1768 pela CTAJ, haverá adequação da minuta aos quesitos da CTAJ e a
1769 representante do MEC deverá apresentar a sua proposta de emendas. Seu
1770 José do Moraes neto está justificado a presença dele que ele não pode vir está
1771 em Cancun. Então, deixamos assim colocado. Alguma coisa Raquel aí?

1772

1773

1774 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Como que nós vamos fazer agora?
1775 Porque nós fizemos os cortes de acordo com que nós vamos então fazer a
1776 leitura?

1777

1778

1779 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Esse tema também
1780 participou da Câmara Técnica ou não? Já foi na outra reunião.

1781

1782

1783 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Na outra e aí eu me propus a cortar e eu
1784 passei os cortes para o Luiz Cláudio e ele fez os cortes.

1785

1786

1787 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Esse tema é aquele que foi
1788 para a CTAJ e retornou para nós aqui foi?

1789

1790

1791 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eu acho foi para a CTAJ?

1792

1793

1794 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Não houve uma fusão dos 17952 temas?

1796

1797

1798 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Chegou a ir. Não houve fusão, mas ela 1799 continua como recomendação e quando ela voltou para cá algumas pessoas 1800 questionavam algumas coisas e aí caiu em esquecimento. E nós achamos 1801 importante voltar pelo menos para regulamentar e colocar uma moldura assim 1802 no conceito de centro de Educação Ambiental, para que quem for constituir um 1803 centro ter diretrizes e por outro lado ter um certo reconhecimento de alguma 1804 coisa formalmente estabelecida. É só isso. Mas e nós achamos que estava 1805 muito prolixo tinha detalhes demais e que poderia cortar. Então agora é uma 1806 questão de nós lermos e ver se a Câmara Técnica aprova como está ou com 1807 as devidas mudanças que vamos fazer. Eu vi com Tosa que já aprovou um 1808 monte de coisa.

1809

1810

1811 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Porque agora fica aberta a 1812 proposta para emenda a sua propositura existe propostas de emendas?

1813

1814

1815 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - É.

1816

1817

1818 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Vamos baixar para nós 1819 fazermos a leitura.

1820

1821

1822 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eu acho que deveria já colocar aquela 1823 nossa Resolução poderia entrar aqui também, ou nos considerandos ou em 1824 algum lugar que fale diretamente.

1825

1826

1827 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Só um minuto. É 1828 porque a versão que nós temos aqui da versão que você mostrou para nós ela 1829 está um PDF eu não estou encontrando ela no Word para que nós possamos 1830 fazer as alterações, então eu vou lá ao computador para procurar a versão 1831 trazer para cá. Vou ali só no computador pegar, vocês podem ir lendo, podem ir 1832 discutindo eu só vou trazer o documento.

1833

1834

1835 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Vamos lendo e depois eles nos...

1836

1837

1838 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** – Fala, Tosa. Obrigado.
1839 Então é a proposta de recomendação versão com emendas. Nós vamos ler
1840 todo o verde e o vermelho é isso aí?

1841

1842

1843 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Não. É só o vermelho e o preto. Vermelho
1844 e o verde.

1845

1846

1847 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - O verde foi da Câmara
1848 Técnica como é que foi?

1849

1850

1851 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - É o original.

1852

1853

1854 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então recomenda
1855 diretrizes para implantação, funcionamento e melhoria da organização do
1856 Centro de Educação Ambiental CEA e dá outras orientações. O Conselho
1857 Nacional do Meio Ambiente CONAMA no uso da competência que lhe confere
1858 o art. 7 do inciso 18º Decreto nº 99274 de 6 de junho de 1990, e tendo em
1859 vistas o disposto do art. 2º inciso 16 e 10 inciso 3 do Regimento Interno do
1860 Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA, anexa à portaria nº 168 de 3
1861 de junho de 2005, e o que consta do processo nº 02000003134/200521.
1862 Proposta de supressão MEC aprovada. Considerando a necessidade de
1863 estabelecer direção para a melhoria da organização do CEA Centro de
1864 Educação Ambiental existente em fase de criação, esse aprovado aí não pode
1865 está aprovado. Em preto ali.

1866

1867

1868 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1869

1870

1871 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Ele tirou essas diretrizes.

1872

1873

1874 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então proposta MEC
1875 aprovada.

1876

1877

1878 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eu colocaria aqui. Tem como a
1879 Resolução? A está aqui.

1880

1881

1882 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então proposta MEC
1883 aprovada, considerando a necessidade de compatibilizar o funcionamento dos
1884 CEAs com os princípios estipulados pela lei de 9795/99 e pelo Decreto nº
1885 428102 que estabelece Política Nacional de Educação Ambiental PNEA, pelo
1886 Programa Nacional de Meio Ambiente PRONEA, pela Resolução CONAMA
1887 número 422 de 23 de março de 2010 e pelo tratado de Educação Ambiental

1888para a sociedade sustentáveis e responsabilidade global. Esse texto foi
1889aprovado. Ok. Aprovado.

1890

1891

1892**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Só fazer uma pergunta talvez a
1893Raquel tenha participado desse processo desde o início. Porque se optou por
1894uma recomendação e não por uma Resolução estabelecendo diretrizes?

1895

1896

1897**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Boa pergunta. Porque nós tínhamos
1898proposto anos atrás aqui em 2004 uma resolução, mas aí o Nilo veio aqui ele
1899falou assim que não tem muita substância para Resolução porque os CEAs são
1900voluntários quem a empresa que quer fazer e tal, e na verdade que são só
1901diretrizes e que seria suficiente para as necessidades daqueles que fazem o
1902CEA.

1903

1904

1905**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas nós adotarmos ficaria tipo
1906um referencial não ficaria isso que queremos criar?

1907

1908

1909**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Referencial, por isso que é
1910recomendação.

1911

1912

1913**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Porque achei estranha a
1914recomendação porque não deu um destinatário muito bem definido. Quem é o
1915destinatário.

1916

1917

1918**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Vamos ver, eu acho que tem que ser
1919recomendação mesmo, mas se vocês acharem que vamos ver na sequência
1920quem são os destinatários.

1921

1922

1923**O SR. TOSA** – Os destinatários estão claros aqui na abertura. Diretrizes para
1924implementação, funcionamento é melhorias das organizações dos Centros de
1925Educação Ambiental.

1926

1927

1928**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Mas quem faz?

1929

1930

1931**O SR. TOSA** – Qualquer um. E aí qualquer um faz de qualquer forma e é assim
1932que estava. Então não é de qualquer forma sequer ter um reconhecimento
1933esse é o enquadramento mínimo não obrigatório, mas qualificativo da função
1934CEA. Então é esse, eu acho que não. Eu acho que a recomendação. Não pode
1935ser Resolução porque isso é de livre iniciativa de grupos sociais, de empresa e
1936etc. como é que estabelece Resolução e em cima de livre iniciativa? Entende o
1937que eu quero dizer. Você não tem como estabelecer uma coisa tão amarrada,

1938mas você pode oferecer um cenário de adequação para que haja algum tipo de
1939qualificação na verdade, que é o que está dito aqui. Diretrizes implantação,
1940funcionamento e melhoria da organização, quer dizer, os que já existem se
1941entrarem no enquadramento que está aqui vão ter uma melhoria de
1942funcionamento que é a proposta exatamente qualificar.

1943

1944

1945**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – É que eu pensei nisso como um
1946referencial, Como você criar diretrizes que sejam referenciais para que quem
1947for que poderia ser voluntário você não precisa seguir, mas é interessante que
1948você vá tenha o respaldo de uma nesse sentido. Não sei a jurídica questionou
1949alguma coisa em relação a isso? O fato de ser recomendação ou não? Se
1950estiver tudo bem para eles está tudo bem para mim também.

1951

1952

1953**A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – A jurídica
1954questionou sim, e foram respondidos os quesitos na última reunião. Fizeram
1955esse questionamento e vocês disseram que não, que a intenção realmente era
1956que seria uma recomendação se quiser nós podemos abrir o documento para
1957ver o que foi perguntado.

1958

1959

1960**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Só queria saber se isso já tinha
1961sido passado.

1962

1963

1964**A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Já foi questionado.

1965

1966

1967**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Porque nós respondemos. Eles
1968perguntaram por que não é Resolução?

1969

1970

1971**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então vamos seguir.

1972

1973

1974**A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Agora só um
1975minutinho só um esclarecimento também, o documento normalmente ele vem
1976em cores diferentes para nós sabermos o que foi acrescentado de uma pessoa,
1977o que foi acrescentado de outra que a Raquel ela trabalhou um documento que
1978tinha algumas alterações vermelhas da reunião anterior, e tinha colocado as
1979alterações do MEC. O documento aqui quando ele lê esse documento ele já
1980incorpora essas alterações dentro da Resolução. Ou então nós escolhemos a
1981forma de ele mostrar o que foi alterado e o documento fica dessa forma aquela
1982forma de correção do documento. Então não vai aparecer de cor diferente
1983como estava aparecendo quando você me mandou então só para um
1984esclarecimento pode ficar um pouco confuso, mas nós vamos indo com calma
1985e vamos fazendo de forma para ficar claro o que é a deliberação dessa
1986reunião.

1987

1988

1989 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Art. 1º, a proposta de

1990 supressão aprovada e a proposta MEC aprovada é isso? Todos de acordo?

1991 Então recomenda art. 1º para efeito dessa recomendação é considerado o

1992 Centro de Educação Ambiental independente de sua nomeação, toda iniciativa

1993 pedagógica de educação formal, não formal e informal que disponha das

1994 seguintes menções essenciais. 1 espaços e equipamentos educativos. 2

1995 equipe educativa e 3 projeto político pedagógico. Artigo 2º.

1996

1997

1998 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1999

2000

2001 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Onde vocês estão aí?

2002

2003

2004 **O SR. TOSA –** Nos essenciais.

2005

2006

2007 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2008

2009

2010 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Independente de sua

2011 nomeação. Esse foi acrescentado. Não. Isso aí não foi passado ainda Tosa.

2012 Agora.

2013

2014

2015 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - É que pode não se chamar Centro de

2016 Educação Ambiental, mas pode se chamar grupo de Educação Ambiental

2017 contato que tenha espaço, equipe.

2018

2019

2020 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas a partir do momento em

2021 que você fala para efeito dessa recomendação é considerado, quer dizer não é

2022 o nome que vai ser Centro de Educação Ambiental é que nós vamos

2023 considerar para os efeitos dessa recomendação toda iniciativa pedagógica de

2024 educação formal ou não formal.

2025

2026

2027 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Mesmo que tenha outro nome.

2028

2029

2030 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Tenha outro nome, nem

2031 precisava colocar independente de sua nomeação acho que não.

2032

2033

2034 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Não. Precisa, precisa sim.

2035

2036

2037 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então pode suprimir
2038 independente de sua nomeação?

2039

2040

2041 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eu acho que se não se chamar centro
2042 não é considerado centro, as pessoas...

2043

2044

2045 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Porque não é centro? É
2046 considerado centro para efeito dessa recomendação. Desde que você cumpra
2047 aqueles quesitos ali aquilo é um centro para efeito dessa recomendação, não
2048 que, não atrapalha não, não piora nada não.

2049

2050

2051 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2052

2053

2054 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Já que você falou de essenciais
2055 e sociais mexer ou não mexer.

2056

2057

2058 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Acho que o “essenciais”
2059 sai e o independente para nomeação fica. Para ficar mais claro essa
2060 diversidade.

2061

2062

2063 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Porque se for um clube de...

2064

2065

2066 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Alias é denominação,
2067 denominação e não nomeação. Denominação.

2068

2069

2070 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - De sua denominação.

2071

2072

2073 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Gente teve uma
2074 confusão dos documentos justamente para esse formato de correção que nós
2075 normalmente não trabalhamos com esse tipo de ferramenta no trabalho, então
2076 nós vamos usar os dois arquivos para saber o que foi alterado e o outro arquivo
2077 tirando essa ferramenta que já incorpora as alterações que a Raquel fez. Então
2078 nós vamos só servir de base o documento de cima para ver o que modificou e
2079 embaixo fazer as alterações dessa Câmara Técnica já inserindo aqui.

2080

2081

2082 **O SR. TOSA** – O de baixo vai ficar o definitivo.

2083

2084

2085 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – O abaixo já é o
2086 incorporado com as alterações da Raquel. Então nós estamos mexendo aqui.
2087 Agora para incorporar os da reunião de hoje.

2088

2089

2090 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2091

2092

2093 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então recomendo o art.

2094 1º? Para efeito dessa recomendação é considerado Centro de Educação

2095 Ambiental independente de sua nomeação, de sua denominação toda iniciativa

2096 pedagógica de educação formal ou não formal ou informal que disponha das

2097 seguintes dimensões essenciais. Das seguintes dimensões. Suprime. 1

2098 espaços e equipamentos educativos. 2 equipe educativa e 3 projeto político

2099 pedagógico. Art. 2º o centro de Educação Ambiental poderá ter como objetivos

2100 entre outros. 1 disponibilizar informações de caráter ambiental e socioambiental

2101 para o desenvolvimento das atividades de Educação Ambiental. 2 iniciativa

2102 incentivar processos de reflexão críticas sobre os problemas ambientais atuais

2103 visando a revisão de valores e comportamento individuais e sociais aos quais

2104 se relacionam. 3 promover ações formativas de capacitação e treinamento em

2105 Educação Ambiental. 4 desenvolver atividades interpretativas de

2106 sensibilização, de contato com a natureza e de interpretação histórico cultural.

2107 5º delinear e implementar projetos, processos e eventos relacionados à

2108 Educação Ambiental. 6º articular e apoiar grupos, entidades, instituições e

2109 pessoas para potencializar ações comunitárias locais. 7 constituir-se espaço

2110 educativo de lazer e descanso com realização de atividades lúdicas, esportivas

2111 e culturais. 8º desenvolver projetos de pesquisa de produção socialização de

2112 conhecimento. 9º promover o intercâmbio científico técnico e cultural entre

2113 CEA, entidades e órgãos nacionais estrangeiros e na área ambiental. Art. 3º.

2114

2115

2116 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - No primeiro aí, vocês acham que precisa

2117 colocar caráter ambiental e sócio-ambiental? Não vejo muito essa diferença

2118 não.

2119

2120

2121 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Só sócio-ambiental incorpora os

2122 outros.

2123

2124

2125 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - É porque não consigo conceber um

2126 caráter ambiental que não seja social e vice versa. A menos que você pense

2127 assim em um caráter puramente biologizante. Então informações sobre plantas

2128 sei lá e em extinção ou sobre sei lá, de caráter socioambiental.

2129

2130

2131 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – A própria formação

2132 de centro de Educação Ambiental nós temos que afastar essa coisa do trâmite

2133 do ambiental.

2134

2135

2136**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Sei lá às vezes não, às vezes sobre
2137biomas, sobre...

2138

2139

2140**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Estudos de natureza e importante.

2141

2142

2143(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

2144

2145

2146**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Hidrológicos e ambientais para como usar
2147aquele que eu acho que deve manter.

2148

2149

2150**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Pode ser de caráter científico e
2151socioambiental?

2152

2153

2154**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Tem que ser de caráter ambiental mesmo. Ou
2155acrescentar de caráter científico, ambiental e sócio-ambiental.

2156

2157

2158**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Ganhou mais um título.

2159

2160

2161**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu achei estranho porque a
2162Educação Ambiental está restrita ao ambiental, agora as informações são de
2163caráter ambiental ou só se destrinchou nas informações, mas a Educação
2164Ambiental, se na Educação Ambiental nós consideramos todas as outras
2165interfaces que estão prevista ali no sócio-ambiental não vejo porque não deixar
2166só caráter ambiental. Não vejo isso também vai mudar nada não.

2167

2168

2169**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Os antropólogos
2170concordam?

2171

2172

2173**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - A minha visão de ambiental é sócio-
2174ambiental, então eu nem sei se para as pessoas isso faz sentido ou não.

2175

2176

2177**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Porque tem a divisão do
2178Conselho vacionismo e do preservacionismo, o conservacionismo incorpora o
2179ser humano e o preservacionismo é radical não contempla o ser humano
2180dentro de uma unidade de conservação. Então dentro do ponto de vista
2181ambiental existe essa duplicidade aí de conceitos. E aqui é o caso.

2182

2183

2184 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - A física quântica explica isso. Pode tirar o
2185 ambiental, mas eu colocaria em baixo sócio-ambiental.

2186

2187

2188 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Antes passar para o terceiro só
2189 no caput ali, eu achei estranho podem ter objetivos entre outros, não pode falar
2190 terão como objetivo? Porque você não está limitando que tem que ser todos
2191 esses, ou que tem que ser dois desses, ou três desses. Você não tem essa
2192 limitação em outro pedaço do texto, então terão como objetivos todos esses
2193 daí, se você vai pegar um deles só, dois deles já vai colocar um dentro outros
2194 ali que já vai abrir que possa ser outros que não esses daqui.

2195

2196

2197 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Mas vai deixar entre outra?

2198

2199

2200 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Nós achamos que tem outro
2201 ainda?

2202

2203

2204 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Bom, o art. 2º, fica a
2205 redação seguinte, o centro de Educação Ambiental terão como objetivo entre
2206 outros, 1 disponibilizar informações de caráter socioambiental para o
2207 desenvolvimento das atividades de Educação Ambiental.

2208

2209

2210 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Presidente ele tinha pedido a palavra há
2211 um tempão.

2212

2213

2214 **O SR. BAIAR PALMERO (FURNAS CENTRAIS ELETRICAS)** – Eu trabalho
2215 diretamente no licenciamento. A minha dúvida é se são feitas nesse momento
2216 recomendações em relação à Constituição de centro de Educação Ambiental,
2217 como é que é o trabalho de recomendação dentro de uma linha de
2218 condicionantes, ou seja, eu posso ter o órgão regulador como já aconteceu no
2219 empreendimento nosso estabelecendo como condicionante a criação de um
2220 Centro de Educação Ambiental, portanto não apenas voluntário isso. Então a
2221 minha dúvida é essa a partir do momento em que nós estamos falando em
2222 recomendações, como é feita essa relação dentro de um processo de
2223 licenciamento onde essa constituição de um Centro não uma recomendação é
2224 um estabelecimento legal.

2225

2226

2227 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas não é condicionante você
2228 seguir essa recomendação, senão não tem nenhuma amarração, por isso se
2229 fosse uma Resolução talvez tivesse, mas como uma recomendação não tem,
2230 ele pode fazer o Centro de Educação Ambiental da maneira que ele quiser, se
2231 ele quiser seguir isso e falar no seu licenciamento conforme recomendação do
2232 CONAMA tudo bem agrega, mas não pode ser limitação.

2233

2234

2235 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Mas o que ele está falando...

2236

2237

2238 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Não a criação do Centro. A

2239 maneira como você vai fazer o seu Centro você pode não seguir nada disso

2240 que está aqui.

2241

2242

2243 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Mas não foi isso que ele perguntou, ele

2244 falou que foi obrigado no licenciamento a fazer um Centro. Então isso não é

2245 uma recomendação, mas acontece que esse é um caso específico foi o seu

2246 licenciamento ou ele exigiu isso em uma medida compensatória entendeu?

2247 Isso não quer dizer que todo o licenciamento vai ter que constituir um centro.

2248

2249

2250 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Essa condicionante não,

2251 Porque o licenciador é que determina o condicionante para cada caso.

2252

2253

2254 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – O que eu quero dizer é que

2255 mesmo na determinação da como medida compensatória o que quer que seja

2256 no processo de licenciamento, ele não necessariamente vai ter que seguir isso

2257 porque isso aqui é só uma recomendação. Então não tem uma coisa não tem

2258 nada a ver com a outra. Não tem essa diretriz é só uma recomendação isso

2259 aqui que estamos tratando é só uma recomendação.

2260

2261

2262 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Se você quiser que ele tenha o aval é

2263 difícil.

2264

2265

2266 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Não é vinculante uma coisa à

2267 outra, não é uma Resolução isso aqui não precisa seguir nada disso.

2268

2269

2270 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - Posso fazer

2271 um esclarecimento aqui? Quem faz o licenciamento determina exatamente o

2272 que são as medidas compensatórias, então se está definido, por exemplo, o

2273 estudo de meio ambiente da Bahia tem quase 2000 referendo de educação

2274 ambiental nos seus licenciamentos e precisa normatizar isso. Então vamos

2275 supor que eu esteja licenciando uma determinada empresa pelo Estado e nós

2276 achamos discutimos uma comunidade que o Centro de Educação Ambiental é

2277 fundamental, o que é que eu licenciador, enquanto Governo posso fazer? Eu

2278 posso pegar essa recomendação e colocar na licença ambiental que essa

2279 recomendação para que aquele Centro seja aceito no processo de

2280 licenciamento certo? O que está aí como recomendação seja seguido à risca.

2281

2282

2283 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Você pode pegar o conteúdo
2284 dela para fazer isso.

2285

2286

2287 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - E nesse
2288 caso, isso pode ter que ser seguido à risca para que atenda essa licença
2289 ambiental, e nesse caso por ordem do gestor estadual no caso o municipal
2290 essa recomendação acaba virando entre aspas uma Resolução.

2291

2292

2293 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Para você não é? Seu caso
2294 porque você estipulou isso para...

2295

2296

2297 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - Eu te dou
2298 essa licença aqui, mas você vai ter que fazer o setor de Educação Ambiental
2299 dessa forma.

2300

2301

2302 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Sim.

2303

2304

2305 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - A recomendação serve
2306 como guia de referência.

2307

2308

2309 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Ele pode pegar o conteúdo
2310 disso.

2311

2312

2313 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - E nós
2314 estamos precisando muito disso no Estado, nós estamos precisando demais
2315 disso porque é o que falta exatamente para poder guiar essa história.

2316

2317

2318 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Ele pode pegar esse conteúdo e
2319 colocar como tem que fazer, tem que fazer dessa maneira pode pegar isso e
2320 pode mudar tudo isso e colocar outro se pode criar um referencial da Bahia.
2321 Que não nada a ver com essa recomendação porque não é ela não
2322 determinada nada, ela não estabelece nada, ela simplesmente recomenda. Se
2323 você utilizar como não é obrigatório.

2324

2325

2326 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Paulo. Só acrescentar uma coisa, eu acho
2327 que por outro lado também se algum Centro ou alguma coisa que parece um
2328 Centro quiser, por exemplo, recursos de furnas para fazer Centro de Educação
2329 Ambiental na comunidade furnas podem orientar ao usar essa recomendação,
2330 e eu acho que não faz diferença nenhuma nesse sentido se é Resolução ou se
2331 é recomendação. Simplesmente diretrizes.

2332

2333

2334 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Desde que ela seja um bom guia
2335 para atender uma demanda. Claro. A recomendação.

2336

2337

2338 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - E isso agrega valores e aí esses dois
2339 Centros dos municípios tiverem fazendo Centros para furnas patrocinar um dos
2340 centros, é claro que aquele que tiver próximo dessa recomendação vai ser o
2341 que vai receber o recurso. E não faz diferença nenhuma para você como é uma
2342 obrigatoriedade é, e aqui está a orientação para fazer isso.

2343

2344

2345 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então esse art. 2º teve
2346 alteração de podem ter para terão, está aprovado? Ok aprovado. Disponibilizar
2347 informações de caráter sócio-ambiental para o desenvolvimento das atividades
2348 de Educação Ambiental. Então suprimir o ambiental e permanecendo somente
2349 socioambiental, todos de acordo? Aprovado. Então, por favor, coloca aprovado
2350 no art. 2º no item 1º, vamos passar para o dois. Até onde nós fomos aí?

2351

2352

2353 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Está aprovado o 2º Sr. Presidente?

2354

2355

2356 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Incentivar o processo de
2357 reflexão crítica sobre os problemas ambientais atuais visando a revisão de
2358 valores e comportamentos individuais e sociais aos quais se relacionam.
2359 Aprovado? Já esta tudo aprova do ali.

2360

2361

2362 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Vai para o outro artigo.

2363

2364

2365 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Vamos lendo direto caso
2366 tenha quem queira.

2367

2368

2369 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Nós já lemos isso, só estava com problema no
2370 1.

2371

2372

2373 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Nós temos outro, nós
2374 temos a proposta aqui o 3 nós queremos mudar aqui para ações informativas e
2375 de capacitação em Educação Ambiental para tirar o treinamento aí, porque não
2376 é animal doméstico.

2377

2378

2379 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Em capacitação? Ou de
2380 capacitação?

2381

2382

2383 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - E de capacitação em
2384 Educação Ambiental. Treinamento sai.

2385

2386

2387 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – E de capacitação em
2388 treinamento? Em treinamento?

2389

2390

2391 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Treinamento sai.

2392

2393

2394 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Ações formativas e de capacitação.

2395

2396

2397 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Ações formativas e de
2398 capacitação em Educação Ambiental. Todos de acordo? Aprovado. 4º
2399 desenvolver atividades interpretativas de sensibilização e de contato com a
2400 natureza de interpretação histórico cultural. 5º delinear...

2401

2402

2403 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - Tem um
2404 sobrando aí.

2405

2406

2407 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Oi.

2408

2409

2410 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** - De
2411 sensibilização vírgula, de contato com a natureza e interpretação histórico
2412 social. Depois de sensibilização tem uma vírgula e tem um I sobrando. Na
2413 Bahia é (I) e para você é e.

2414

2415

2416 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Precisa colocar essa
2417 interpretação histórico-cultural? Quando se fala atividades interpretativas não
2418 compreende também?

2419

2420

2421 **O SR. TOSA** – Eu acho que isso tem haver com o contexto de cada centro com
2422 a história de vida dessas pessoas, eu acho que vale a pena manter.

2423

2424

2425 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então fica mantido na
2426 íntegra suprimido o e. 5º delinear e implementar projetos aprovado esse aí. 5º
2427 delinear ou implementar processos e eventos relacionados à Educação
2428 Ambiental. 6º articular e apoiar.

2429

2430

2431 **O SR. TOSA** – O que são esses processos aí? Projetos processos e eventos.

2432

2433

2434 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Delinear e implementar
2435 projetos, processos e eventos.

2436

2437

2438 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Processos, por exemplo, meu Centro de
2439 Educação Ambiental vem de processo de construção da política...

2440

2441

2442 **O SR. TOSA** – Eu já entendi o sentido aí.

2443

2444

2445 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Delinear e implementar
2446 projetos, processos e evento relacionados à Educação Ambiental. 6º.

2447

2448

2449 **O SR. TOSA** – Aprovado.

2450

2451

2452 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - 6º articular e apoiar grupos
2453 e entidades, instituições e pessoas para potencializar ações comunitárias
2454 locais, ok? Aprovado. 7 constituir os espaços educativos de lazer e de
2455 produção socialização de conhecimento, ok ?

2456

2457

2458 **O SR. TOSA** – Não. Constituir-se espaços educativo de lazer, e de convivência
2459 o descanso sai. Instituir-se em espaço educativo de lazer, de convivência e de
2460 convivência. E de convivência, com a realização de atividades lúdicas
2461 esportivas e culturais.

2462

2463

2464 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - A vírgula também
2465 suprime? Ou mantém a vírgula e deixa o outro ali do descanso? Então a
2466 redação passa a ser do item 7 constituir-se em espaço educativo de lazer e de
2467 convivência, com a realização de atividades lúdicas esportivas e culturais. É
2468 esse o texto? Tosa é esse mesmo? O 7.

2469

2470

2471 **O SR. TOSA** – Educativo vírgula, de lazer e de convivência vírgula, com a
2472 realização de atividades lúdicas esportivas e culturais.

2473

2474

2475 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Ok?

2476

2477

2478 **O SR. TOSA** – Ok.

2479

2480

2481 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Aprovado. 8 desenvolver
2482 projetos de pesquisa e de produção socialização de conhecimento, ok?

2483Aprovado. 9º promover o intercâmbio científico técnico cultural entre CEA
2484entidades e órgãos nacionais, estrangeiras na área ambiental. Ok? Aprovado.
2485Art. 3º, são considerados espaços educativos daqueles locais e/ou edificações
2486que assegurem condições de funcionalidade para o CEA, garantindo o
2487equipamento infraestrutura administrativa e técnico educacional. Sendo capaz
2488de abrigar espaços de convocação distintos que possibilitem a Resolução de
2489oficinas, reuniões, exposições e outras atividades educativas. Ok.

2490

2491

2492**O SR. TOSA** – Não. Aqui abrigar espaços, convocações. Vocação quem tem
2493somos nós precisamos tomar cuidado com isso. Espaço não tem vocação,
2494vocação tem somos nós. Tem que tomar cuidado com essas vocações aí.
2495Agora no item 9 é na área socioambiental.

2496

2497

2498**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Vocação poderia ser com
2499característica?

2500

2501

2502**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Finalidades.

2503

2504

2505**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Com características
2506distintas. O sentido figurado de vocação fica?

2507

2508

2509**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Espaços distintos que possibilitem.

2510

2511

2512(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

2513

2514

2515**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Que possibilitem só as oficinas.

2516

2517

2518**O SR. TOSA** – Tira convocações distintos e fica abrigar espaços que
2519possibilitem.

2520

2521

2522**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então a redação passa a
2523ser a partir da vírgula ali em cima, sendo capaz de abrigar espaços que
2524possibilitem a realização de oficinas reuniões, exposições e outras atividades
2525educativas.

2526

2527

2528**O SR. TOSA** – No 9 tem área ambiental tem que ser sócio-ambiental ali no
2529final no item 9.

2530

2531

2532 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Promover o intercâmbio
2533 científico, técnico cultural entre CEA entidades e órgão nacionais e
2534 estrangeiros na área socioambiental.

2535

2536

2537 **O SR. TOSA** – Mas nós estamos falando de intercâmbio, e intercâmbio é com
2538 gente.

2539

2540

2541 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - O art. 3º foi aprovado
2542 então? Ok.

2543

2544

2545 **O SR. TOSA** – Eu tenho aqui ponto aqui que eu estava discutindo aqui com a
2546 Raquel, que nós falamos aqui em cima na questão do conhecimento no item 8
2547 Paulo, desenvolver projetos de pesquisas, produção e socialização do
2548 conhecimento. Não diz conhecimento tradicional e nem diz que é conhecimento
2549 científico clássico. Então talvez nós possamos colocar aqui socialização do
2550 conhecimento com ênfase no saberes tradicionais. Porque essas comunidades
2551 têm muitos saberes que não estão registrados e talvez os Centros de
2552 Educação Ambiental seja uma forma de estar registrando esses saberes
2553 tradicionais e essa cultura.

2554

2555

2556 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2557

2558

2559 **O SR. TOSA** – Ou então coloca, inclusive os saberes tradicionais.

2560

2561

2562 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Aí sim.

2563

2564

2565 **O SR. TOSA** – Associação do conhecimento, inclusive os saberes tradicionais.
2566 Eu acho que é importante o conhecimento dos pescadores. E originários.

2567

2568

2569 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então vamos mudar então
2570 esse item aprovado? Vamos regulamentar o aprovado.

2571

2572

2573 **O SR. TOSA** – Volta só um minutinho, desculpe, aí, por favor, ao item 8 depois
2574 de conhecimento, tradicionais e originários. Locais originários. Locais
2575 tradicionais e originais. Inclusive saberes locais La em cima. 8º ali bota ali, isso.
2576 Raquel você ainda está estudando o 8º?

2577

2578

2579 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - O oitavo está resolvido.

2580

2581

2582 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Está aprovado o 8º. 9º
2583 promover intercâmbio científico, técnico e cultural entre CEA entidades e áreas
2584 nacionais estrangeiros na área socioambiental. Isso já tinha sido aprovado?
2585 Art. 3º São considerados espaços educativos aqueles locais ou edificações
2586 asseguro de condições sustentabilidade garantindo equipamentos de
2587 infraestrutura, que possibilitem a realização de oficinas, reuniões e disposições
2588 e outras atividades educativas.

2589

2590

2591 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Aí tira esses espaços de convocações
2592 distintas?

2593

2594

2595 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2596

2597

2598 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Já tinha sido argumentado
2599 isso. Então aprovado o art. 3º. O art. 4º, quanto aos espaços educativos
2600 recomenda-se 1: ambientalização do CEA mediante.

2601

2602

2603 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Mediante a quê? Tem que colocar alguma
2604 coisa, alguns critérios sócio-ambientais.

2605

2606

2607 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eu tenho uma sugestão que é mediante
2608 os critérios de sustentabilidade dois pontos: Utilização de construções de baixo
2609 impacto ambiental, acho que nós podemos usar eco eficiências.

2610

2611

2612 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Que está mais novo.

2613

2614

2615 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Mais moderno.

2616

2617

2618 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Como fica Raquel?

2619

2620

2621 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eco eficiências.

2622

2623

2624 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Poderíamos colocar que incorpore a A3P
2625 também.

2626

2627

2628 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eco eficiências. Quer dizer a eficiência da
2629 iluminação, da água, do uso de sustentabilidade, como assim a
2630 ambientalização do CEA mediante critérios de sustentabilidade como: aí a
2631 utilização de...

2632

2633

2634 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Aprovado o 1? Ok
2635 Aprovado a modificação do item 1 do art. 4º. A utilização de construções de
2636 baixo impacto ambiental com iluminação natural facilitada, redução do
2637 consumo e melhora aproveitamento energético, emprego de projetos e
2638 materiais de construção adaptado aos biomas, climas, materiais, paisagem e
2639 culturas locais. B foi aprovado o A. o uso preferencial de material permanente
2640 com a redução e se possível eliminação do uso de materiais descartáveis. Ok
2641 aprovado? C adequação as normas de procedimento de coleta e destinação de
2642 resíduos recicláveis. Aprovado. D capacitação dos funcionários e
2643 administradores para ambientalização do espaço e da gestão.

2644

2645

2646 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Isso daí poderia incorporar alguma coisa da
2647 A3P sabia?

2648

2649

2650 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Até pode, mas A3P não ficou só para
2651 órgãos públicos do SISNEA?

2652

2653

2654 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Do SISNAMA não precisa.

2655

2656

2657 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - O D aprovado.

2658

2659

2660 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - O D seria formação dos funcionários e
2661 administradores, para gestão de espaços sustentáveis. De espaços
2662 sustentáveis. Para gestão de espaços sustentáveis. Na verdade e espaço
2663 educador sustentável que nós estamos usando.

2664

2665

2666 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Bota então isso.

2667

2668

2669 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Mas aí tem que explicar o porquê, tem
2670 institucionalidade.

2671

2672

2673 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Então bota espaço sustentável.

2674

2675

2676 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Para espaços sustentáveis. Então ficaria
2677 assim só uma sugestão não sei se vocês concordam a formação dos
2678 funcionários e administradores para a gestão sustentável dos espaços do
2679 espaço. Não. Para a gestão sustentável. É para gestão sustentável só isso.

2680

2681

2682 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - O item D está aprovado
2683 então? Substitui capacitação por formação.

2684

2685

2686 **O SR. TOSA** – Podemos passar para o próximo gente?

2687

2688

2689 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Letra É.

2690

2691

2692 **O SR. TOSA** – Depois de tecnologias dizer que tecnologia é. Tecnologias
2693 limpas. Aplicação de tecnologias limpas.

2694

2695

2696 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Agora essa questão aí está indo de acordo com
2697 a CEA, porque quando você fala da gestão e tratamento de resíduo o resíduo
2698 de coleta também já está. Tem que colocar em uma coisa só esses dois itens.

2699

2700

2701 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu tenho uma sugestão nisso, É
2702 pegar o C e tirar os recicláveis, coleta e destinação dos resíduos a destinação
2703 ambientalmente adequada alguma coisa nesse sentido, qualificar a destinação.

2704

2705

2706 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Não, não.

2707

2708

2709 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - É importante ter a questão da tecnologia
2710 de...

2711

2712

2713 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu também acho.

2714

2715

2716 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Talvez tirar resíduos daqui. Aplicação de
2717 tecnologias limpas para gestão não é só aplicação de tecnologias limpas onde
2718 quer que seja. Não, porque resíduos já está sendo tratado no C, e nós
2719 colocamos um item a mais que é de tecnologias limpas que eu acho.

2720

2721

2722 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas no C ele fala de recicláveis,
2723 ele qualifica os resíduos ali.

2724

2725

2726 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eu acho que pode modificar o C.

2727

2728

2729 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Pode colocar tratamento e gestão adequada
2730 incluindo coleta...

2731

2732

2733**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Será que tem que fazer tratamento do
2734Centro?

2735

2736

2737**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Ou tirar os recicláveis.

2738

2739

2740**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Não é função do Centro.

2741

2742

2743**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu acho que podem ficar
2744destinação coleta e destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

2745

2746

2747**A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Isso. Tratamento não tem nada a ver.

2748

2749

2750**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Olha vamos fazer o
2751seguinte, para nós não confundirmos não vou aprovar nenhum dos textos, só
2752quando terminar a leitura nós aprovamos senão fica um aprova e nesse
2753sentido.

2754

2755

2756**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Exato, porque tem vinculação
2757com o outro também não tem como nós.

2758

2759

2760**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então é um caso meio feito
2761cascata.

2762

2763

2764**A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – O C.

2765

2766

2767**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Procedimentos de coleta e
2768destinação ambientalmente adequada dos resíduos. Tira os recicláveis,
2769ambientalmente adequada.

2770

2771

2772**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Quais são os itens que
2773estão em cima aprovados.

2774

2775

2776**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Ou só ambientalmente adequados.
2777Porque aí entra a questão dos catadores, por exemplo, que é a A3P.

2778

2779

2780*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2781

2782

2783 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Tira “recicláveis”.

2784

2785

2786 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – É porque é tudo resíduo o órgão vai ter que
2787 encaminhar fazer as compostagens.

2788

2789

2790 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu acho que cada caso é um
2791 caso, tenho medo só de restringirmos de nós, por exemplo, às vezes, não tem
2792 catadores você está em um lugar que não existe essa possibilidade. Então...

2793

2794

2795 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Tratamento adequado aos resíduos está bom.
2796 Porque aí destinação...

2797

2798

2799 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu tiraria o
2800 socioambientalmente.

2801

2802

2803 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Pode tirar o sócio ambientalmente.

2804

2805

2806 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Destinação adequada dos resíduos e aí todo
2807 mundo sabe.

2808

2809

2810 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – E eu estou satisfeito com essa
2811 versão.

2812

2813

2814 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então partimos de qual
2815 agora então?

2816

2817

2818 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Aí está certo, agora o (e) é aplicação de
2819 tecnologias limpas.

2820

2821

2822 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Tira tudo o que vem depois de
2823 tecnologias e coloca “limpas”.

2824

2825

2826 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Tudo.

2827

2828

2829 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - 2 a existência de áreas ao
2830 ar livre de forma a possibilitar diversas sensações, interações e convivências
2831 com elementos naturais e culturais, com jardins, viveiros, trilhas, mirantes,

2832laboratórios e outros. Art. 5º, quanto ao equipamento educativo esses devem
28331, promover condições de materiais para sustentabilidade do espaço e das
2834atividades do CEA. 2, permitir a funcionalidade pedagógica e facilitar a
2835administração do CEA. Art. 6º, quanto a equipe educativa multidisciplinar do
2836CEA recomenda-se que tenha dentre outras as seguintes características 1, ser
2837formada por coletivo multidisciplinar responsável pela construção conjunta e
2838pela implementação do projeto político pedagógico e das atividades
2839pedagógicas. 2, ter um coordenador com formação específica na área de
2840Educação Ambiental para a condução, supervisão das atividades do projeto
2841político pedagógico em todas as suas instâncias. § 1º as multidisciplinaridades
2842da equipe refere-se sem a sua composição por profissionais habilitados em
2843diferentes áreas do conhecimento e com experiências comprovadas no
2844exercício das funções de modo a atender as especificidades do CEA no âmbito
2845da sua atuação em função dos seus objetivos. 2º as equipes educativas e
2846administrativas poderão contar com a atuação de voluntários conforme os
2847preceitos da lei 9608/98. 3º o CEA deverão contar com o número adequado de
2848integrantes para cumprir os seus objetivos, o seu projeto político pedagógico e
2849a sua demanda específica. Art. 7º quanto ao projeto. Não vamos aprovar não,
2850depois se tiver uma mudança...

2851

2852

2853**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - É que o Tosa ele escreveu aqui, ele tem
2854acha que esse insuficiente.

2855

2856

2857**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Onde ele está?

2858

2859

2860**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Ele acha que é vago esse adequado. No
28613º.

2862

2863

2864**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Os CEAs deverão contar
2865um número adequado de integrantes para cumprir com os seus objetivos, o seu
2866projeto político pedagógico e sua demanda específica.

2867

2868

2869**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Mas eu não vejo outra saída, o número
2870ele acha que é vago, mas ele não está aqui então vamos seguir.

2871

2872

2873**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Vamos seguir, vamos
2874aprovar depois em geral se tiver algum, mas como está tendo uma ligação um
2875com o outro como houve modificação, nós podemos fazer essa leitura e
2876aprovar o texto completo. Senão vamos aprovar e desaprovamos não terá sentido.
2877Se aprovar agora nós já desaprovamos vários outros, então vamos por artigo.
2878Então art. 7º. Então do art. 7º para cima está tudo aprovado. Quanto ao projeto
2879político pedagógico do CEA é recomendável que este 1, estabeleça as
2880diretrizes de organização, funcionamento, metodologia pedagógica e
2881programáticas. 2, seja elaborado de forma participativa e submetido a um

2882 constante processo de revisão ou revalidação. 3º, escuta contemple e explicita
2883 as seguintes questões. A Raquel havia sugerido colocar esses itens no anexo,
2884 mas não vejo necessidade, pois seria um adendo pequeno e soberania no
2885 texto, não. Como é que fica essa? Quem sugeriu?

2886

2887

2888 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Foi o Luiz, é que eu pedi para o Luiz
2889 Cláudio aí ele não concordou comigo, ele deixou esse bilhete.

2890

2891

2892 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Pode tirar o bilhete?

2893

2894

2895 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eu concordo com ele. Tira o bilhete.

2896 Senão a Raquel...

2897

2898

2899 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então permanece a...

2900

2901

2902 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - E aí eu acho que é uma lista, e eu
2903 colocaria assim, questões como a concepção de Educação Ambiental a ser
2904 desenvolvida, missão um parágrafo e não itemizado desse jeito, e tirar alguns o
2905 público a não sei, na verdade esse aqui é o formato do que deve ser feito em
2906 um projeto político pedagógico que deve constar de um projeto político
2907 pedagógico. Até referências bibliográficas são detalhes.

2908

2909

2910 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Mas isso será que cabe...

2911

2912

2913 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Na recomendação até cabe. Eu não sei
2914 se nós devemos fazer itemizado dessa forma, ou tirar A, B, C, D, E, F e deixar
2915 tudo no parágrafo.

2916

2917

2918 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Normalmente é no
2919 parágrafo essa listagem assim não é muito comum.

2920

2921

2922 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eu acho que fica alguma coisa...

2923

2924

2925 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Vai dar uma leitura, o
2926 jurídico com certeza vai querer mexer nisso.

2927

2928

2929 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Então, ele deve conter ele deve explicitar
2930 essas questões, essas...

2931

2932

2933 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Raquel! Nós não podemos colocar assim, 2934 projeto político pedagógico conforme recomendações do MEC, as 2935 recomendações mínimas sugeridas pelo tal lugar? Não?

2936

2937

2938 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Não tem isso. Não sei onde, só em 2939 bibliografias assim. Mas se nós colocarmos tudo assim nos currículos, naquele 2940 negócio do currículo dos parâmetros curriculares. Eu tiraria, por exemplo, o D 2941 que é enorme e deixaria só aproveitamento da infraestrutura disponível e aí tira 2942 inter-relação, infraestrutura e a proposta pedagógica que é firula. E colocaria 2943 tudo, vírgula, vírgula, vírgula. Então discutir, contemplar, eu tiraria discutir e 2944 colocaria contemplar questões como, nem questões itens como só contemplar 2945 itens como a concepção pedagógica, a concepção da Educação Ambiental a 2946 ser desenvolvida; a missão segue com vírgula, a missão, objetivo geral e 2947 específico, aproveitamento da infraestrutura disponível. Tirando itens e 2948 colocando porque não fica com cara de recomendação e enxuga. Perfil do 2949 público beneficiário sem dúvida nenhuma, e tira a comunidade do entorno do 2950 educandos.

2951

2952

2953 **A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Só uma 2954 observação. Nós não estamos alterando agora porque isso é uma opinião que 2955 você está falando sua, e nós aguardamos sempre a deliberação da Câmara 2956 Técnica de falar ok pode fazer isso. Então você está pontuando, mas só para 2957 avisar que nós não estamos escrevendo por enquanto, e quando for necessário 2958 é só avisar.

2959

2960

2961 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Deixa eu aproveitar a fala da 2962 Renata, você acha que precisa discriminar tudo isso um projeto político 2963 pedagógico já não deveria ter constado tudo isso? Essa não deveria ser a 2964 estrutura básica?

2965

2966

2967 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Como ela diz para citar onde está, e ao 2968 invés de citar onde tem, tem diversas publicações de projetos políticos 2969 pedagógicos.

2970

2971 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas a estrutura não é sempre a 2972 mesma?

2973

2974

2975 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - É, na verdade até é, são essas coisas 2976 que precisam constar.

2977

2978

2979 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Já pressupõem em meio que 2980 seja assim, que tenha isso.

2981

2982

2983 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eu também, só ajuda.

2984

2985

2986 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Pode ser pode colocar porque ajuda.

2987

2988

2989 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eu acho que só ajuda. Dá conta de todas
2990 as áreas que precisam explicita.

2991

2992

2993 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Você ser sincero qual é a minha
2994 preocupação agora, em cima do que ele falou com rebatimento dele, eu vou
2995 brigar para que não seja colocado o CTEA como compensação no
2996 empreendimento, porque a coisa está não complexa é tanto do COR do
2997 empreendimento do empreendedor que não sei ele vai dar conta de fazer isso,
2998 é quase que uma função de Estado fazer um negocio com isso grau não estou
2999 julgando o mérito, mas é que nós estamos criando um arcabouço, uma
3000 estruturação tão detalhada que eu acho que não caberia no licenciamento
3001 puxando aqui o exemplo fazer essa vinculação com isso.

3002

3003

3004 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Mas isso não quer dizer uma coisa...

3005

3006

3007 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – O referencial deveria ser muito
3008 mais genérico do que nesse sentido.

3009

3010

3011 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Mas a empresa não precisa seguir isso gente.

3012

3013

3014 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas a partir do momento em
3015 que o órgão licenciador utiliza isso acabou, é uma obrigatoriedade, então estou
3016 preocupado assim porque está entrando num grau de detalhes tão grande.

3017

3018

3019 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Mas posso dizer isso é tão básico eu tenho um
3020 Centro de educação em Mesquita na cidade, mas isso aqui todinho.

3021

3022

3023 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas é tão básico para quem
3024 trabalha com a educação ambiental, nós estamos falando de uma empresa que
3025 tem um outro, a finalidade dela é outra.

3026

3027

3028 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Mas se não tiver isso não pode ser Centro.

3029

3030

3031A **SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Mas vai trabalhar com educação
3032Ambiental.

3033

3034

3035**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas eu quero dizer o seguinte,
3036não dá para levantarmos e colocarmos diretrizes mais básicas? Se você falar
3037para mim, não, isso aqui já é o básico eu concordo. Você é especialista.

3038

3039

3040**A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Qual o objetivo do Centro qual é a missão dele?
3041É básico.

3042

3043

3044**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Está super básico, mas ao mesmo tempo
3045dá conta, vamos pensar no papel da equipe técnica pedagógica aí explícita,
3046vamos pensar quando nós estamos fazendo um Centro vamos fazê-lo a sério e
3047são as áreas que precisam ser pensadas, explicitadas tal.

3048

3049

3050**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu concordo com você, eu acho
3051até que nós temos que acabar com essa maquiagem virgem de se fazer um
3052Centro de Educação Ambiental, por isso até que eu acho que não caberia no
3053licenciamento como medida compensatória, não caberia o empreendedor uma
3054pessoa que tem uma finalidade, um negócio qualquer de metal, de indústria de
3055que quer que seja ter toda essa expertise para fazer isso aqui.

3056

3057

3058**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Mas isso pode ser à base
3059da contratação do serviço terceirizado.

3060

3061

3062**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas sai, ele vai ser julgado pelo
3063resultado disso e sai totalmente fora do que prevê a legislação que ele deveria
3064fazer, isso aqui é uma coisa a mais do que estar fora da legislação tanto
3065ambiental quanto trabalhista, eu estou...

3066

3067

3068(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

3069

3070

3071**A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Não tem como.

3072

3073

3074(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

3075

3076

3077**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então isso aí regulamenta
3078a terceirização praticamente. É a terceirização que é regulamentada.

3079

3080

3081 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Porque você vai ser julgada,
3082 monitorada pelo cumprimento disso depois, se pó órgão licenciador utilizar
3083 isso.

3084

3085

3086 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - E não é o bom isso?

3087

3088

3089 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Se mandasse fazer uma estrada seria a mesma
3090 coisa ia ter que seguir a norma.

3091

3092

3093 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas a empresa que faz a
3094 estrada é uma empresa de estrada, ela é fazedora de estradas.

3095

3096

3097 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Mas isso aqui também tem, por exemplo. Vou
3098 te dar um exemplo lá no rio de Janeiro tem uma Câmara de Compensação
3099 Ambiental das compensações dos SNUC, se pedir o projeto que for eles têm
3100 que fazer eles vai ter que contratar. A função da empresa e contratar têm X
3101 para pagar as medidas ela vai ter que contratar de acordo com o referencial
3102 nós temos termos de referência. É como se fosse um termo de referência
3103 qualquer projeto tem que ter o termo de referência. Entendeu?

3104

3105

3106 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Ele vai ser cobrado por isso
3107 daqui, o empreendedor que vai ser cobrado por esse regramento que está
3108 sendo colocado aqui.

3109

3110

3111 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Sim.

3112

3113

3114 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Não é a empresa que é
3115 contratada. Mas quem responde no licenciamento é o empreendedor.

3116

3117

3118 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Mas isso é tudo, tudo é assim é
3119 responsabilidade.

3120

3121

3122 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Essa é uma outra discussão. E
3123 outro momento.

3124

3125

3126 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – O pessoal reclama.

3127

3128

3129 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3130

3131

3132 **A SR. CLÁUDIA** – Vai fazer e o poder público que vai...

3133

3134

3135 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3136

3137

3138 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Porque eu estou querendo

3139 pensar assim, fora da questão da boa intenção, lógico que é, mas vamos

3140 pensar em termos práticos e isso o rebatimento disso é o final da história ali.

3141 Exato.

3142

3143

3144 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3145

3146

3147 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – A empresa até quando ela e

3148 responsável por isso?

3149

3150

3151 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Mas isso é normatizando.

3152 Questão de ordem são 05h10min.

3153

3154

3155 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Vamos acabar.

3156

3157

3158 **A SR. CLÁUDIA** – E isso aqui não está na pauta.

3159

3160

3161 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3162

3163

3164 **O SR. TOSA** – É que, vamos lá, Cláudia.

3165

3166

3167 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - vamos tentar reescrever e

3168 tentar aprovar alguma coisa concreta, eu acho que senão nós não vamos

3169 passar pelos outro item de pauta.

3170

3171

3172 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Nós paramos naquela

3173 discussão, precisa desse detalhamento todo? O próprio projeto político

3174 pedagógico já na compreende, já não...

3175

3176

3177 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Eu colocaria seguindo um princípio

3178 político pedagógico já vai inclusive dos eventos do MEC, eu colocaria assim.

3179

3180

3181 **O SR. TOSA** – Eu discordo, eu acho que nós devemos colocar o que é o
3182 mínimo desse projeto político pedagógico o subentendido eu acho que não
3183 funciona. Quer votar Sr. Presidente?

3184

3185

3186 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Pode ser. Qual é a
3187 proposta de votação, por favor?

3188

3189

3190 **O SR. TOSA** – Proposta número 1, detalhar os itens mínimos do projeto
3191 político pedagógico, não é bem do jeito que está nós damos uma enxugada ali
3192 no texto conforme a Raquel propôs aqui.

3193

3194

3195 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Mas pode ficar assim só...

3196

3197

3198 **O SR. TOSA** – Não. Ela está propondo colocar sequencial e eu estou
3199 concordando contemplar itens como:

3200

3201

3202 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então vamos fazer o
3203 seguinte.

3204

3205

3206 **O SR. TOSA** – Pode fazer direto aí.

3207

3208

3209 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Vamos fazer assim, ele
3210 deixa esse aí e vamos fazer o outro em vermelho.

3211

3212

3213 **O SR. TOSA** – Vamos fazer. Então coloca aí, por favor.

3214

3215

3216 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então o art. 7º quanto ao
3217 projeto político e pedagógico CEA recomendar que este contemple.

3218

3219

3220 **O SR. TOSA** – O item 2 é isso?

3221

3222

3223 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Quanto ao projeto político
3224 e pedagógico do CEA é recomendado que este o que sai o que entra.

3225

3226

3227 **O SR. TOSA** – Aí no item 2, vamos mexer no item 2 o 1 já está aprovado não é
3228 isso?

3229

3230

3231 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Seja elaborado de forma
3232 participativa e submetido a um constante processo de revisão ou revalidação.

3233

3234

3235 **O SR. TOSA** – Isso aí o item 3.

3236

3237

3238 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Discuta e contemple e
3239 explicitamente as seguintes questões.

3240

3241

3242 **O SR. TOSA** – Não. Mude para contemplar itens como: o item 3.

3243

3244

3245 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Art. 7º item 3.

3246

3247

3248 **O SR. TOSA** – Tira a disputa. Já que você tem lá em cima você pode levar
3249 direto, contemplar itens como: agora tira essa parte e tira a letra A e sobe o
3250 conteúdo de A. Em uma linha só vai colocando aí. Concepção de Educação
3251 Ambiental a ser desenvolvida, você perdeu-o A. Perdeu o A.

3252

3253

3254 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - É melhor não suprimir na
3255 tela e melhor deixar riscado.

3256

3257

3258 **O SR. TOSA** – Como porque senão, subo mais isso. Como missão; objetivos
3259 gerais e específicos; aproveitamentos da infraestrutura disponível essa inter-
3260 relação sai, no item D, você leva até disponível, aproveitamento da
3261 infraestrutura disponível; aí vai passa para o que está (E) programa oferecido e
3262 proposta de trabalho; sai passa perfil do público beneficiário, em vez de público
3263 alvo. Tira comunidade do entorno e educando, papel da equipe técnica
3264 pedagógica, tira comunidade do entorno e educando. Sai comunidade de
3265 entorno e educando isso está explícito.

3266

3267

3268 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Lá em cima também tem
3269 dois pontos e vírgula; desenvolvido a missão;

3270

3271

3272 **O SR. TOSA** – Beneficiário, papel da equipe técnica e pedagógica, Tosa
3273 vamos dar uma arrumadinha lá em cima senão nós perdemos a sequência.
3274 Contemplar itens como, concepção de educação ambiental a ser desenvolvida,
3275 missão, objetivos gerais e específicos, aproveitamento da infraestrutura
3276 disponível.

3277

3278

3279 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Precisa acompanhar ali a
3280 modificação em cima.

3281

3282

3283 **O SR. TOSA** – Aproveitamento da infraestrutura disponível,

3284

3285

3286 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Renata vamos fazer o
3287 seguinte, chega lá no 3 e vamos começar de cima, senão vamos perder
3288 sentido. Lá tem missão: dois pontos. Ponto e vírgula lá têm a vírgula.

3289

3290

3291 **O SR. TOSA** – Tem que ter vírgula, é só trocar o ponto e vírgula por vírgula.

3292

3293

3294 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - 3 Contemplar itens como:
3295 concepção de Educação Ambiental a ser desenvolvida, missão, objetivo geral e
3296 específico, aproveitamento de infraestrutura disponível, programas oferecidos e
3297 propostas de trabalho, perfil do público beneficiário, papel de equipe técnico
3298 pedagógica, diagnóstico da realidade do CEA, princípios orientadores de
3299 diretrizes para formação de atuação,

3300

3301

3302 **O SR. TOSA** – Agora aqui Raquel, eu estou questionando aqui metas porque
3303 para você estabelecer metas você tem que ter um plano de trabalho com datas
3304 e etc. coloca aí também metas. Então coloca metas, metodologias, recursos,
3305 cronograma, forma de avaliação tira o resto dessa frase aí, põe só forma de
3306 avaliação.

3307

3308

3309 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Dos educando do projeto
3310 político pedagógico do próprio CEA e outros.

3311

3312

3313 **O SR. TOSA** – Pode tirar fica implícito forma de avaliação, o projeto para
3314 sustentabilidade do CEA.

3315

3316

3317 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - E continuidade dos
3318 processos pedagógicos?

3319

3320

3321 **O SR. TOSA** – Eu acho que continuidade sai porque você já tem outras coisas
3322 que induzem a isso.

3323

3324

3325 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - E referências biográficas.

3326

3327

3328 **O SR. TOSA** – E referências biográficas, Encerrou.

3329

3330

3331 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu vou fazer a leitura para
3332 ver se ficou coerente. 3 contemplar itens como, concepção de Educação
3333 Ambiental a ser desenvolvida, missão, objetivo geral e específicos,
3334 aproveitamento da infraestrutura disponível, programas oferecidos e propostas
3335 de trabalho, perfil do público beneficiário, papel da equipe técnica pedagógica,
3336 diagnóstico da realidade do CEA, princípios orientadores e diretrizes para a
3337 forma do atuação, metas, metodologias, recursos, cronogramas, forma de
3338 avaliação, projeto para... Formas de avaliação, projetos para sustentabilidade
3339 do CEA e referência bibliográficas.

3340

3341

3342 **O SR. TOSA** – Eu acho que agora ficou redondo.

3343

3344

3345 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Lá em cima que você tinha
3346 feito uma sugestão. Onde põe o cursor onde você está. Quanto ao projeto
3347 político pedagógico no CEA recomendável que este.

3348

3349

3350 **O SR. TOSA** – Contemple.

3351

3352

3353 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Estabeleça, seja elaborado
3354 e contemple. Art. 8º, esse artigo está ok art. 8º, respeitada autonomia
3355 pedagógica de cada CEA o pluralismo de ideias de concepções pedagógicas e
3356 a diversidade, art. 8º respeitada a autonomia pedagógica de cada CEA o
3357 pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e a diversidade cultural,
3358 projetos políticos pedagógicos do CEA deve observar os seguintes parâmetros
3359 e metodológicos. 1 observância dos princípios orientadores referentes teóricas
3360 e metodológicas da Educação Ambiental, especialmente aquelas contidas na
3361 Lei nº 9695/99 na Resolução CONAMA 422 23/03/10 aí foi colocado agora, no
3362 PRONEA. O tratado de Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis e
3363 responsabilidade global e nas respectivas políticas e programas estaduais e
3364 municipais de Educação Ambiental. 2 pedagogia da praxes ideia participação
3365 concebendo a Educação Ambiente da participação concebendo a Educação
3366 Ambiental como instrumento para construção de princípios de valores de
3367 sociedade sustentáveis considerando as diversas dimensões de
3368 sustentabilidade, social, ambiental, política, econômica e cultural. 3.

3369

3370

3371 **O SR. TOSA** – Calma, calma. Princípios emancipatórios, não é qualquer
3372 princípio. Mas pode ser sociedade sustentável e submissa.

3373

3374

3375 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Ok Tosa. Põe lá em cima o
3376 2. Deixa lá em cima o 2 para fazermos a leitura. Então fica o 2 pedagogia da
3377 praxes e da participação concebendo a Educação Ambiental com instrumento
3378 para construção de princípios emancipatórios de valores de sociedades
3379 sustentáveis considerando as diversas dimensões de sustentabilidade, social,
3380 política econômico e cultural. 3 estímulo a mobilização e a participação a ações

3381 cidadãs em prol da sustentabilidade tanto em ações individuais como coletivas,
3382 superando a ênfase nas atitudes particulares na esfera comportamental.

3383

3384

3385 **O SR. TOSA** – Aí na primeira linha, por favor, participação em ações não é a
3386 ações.

3387

3388

3389 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Na 3 item três.

3390

3391

3392 **O SR. TOSA** – A mobilização e a participação em ações.

3393

3394

3395 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - 4º.

3396

3397

3398 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3399

3400

3401 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Superando?

3402

3403

3404 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3405

3406

3407 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Superando a ênfase. É
3408 para completar agora. Superando a ênfase na espera comportamental.

3409

3410

3411 **O SR. TOSA** – No individualismo.

3412

3413

3414 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Ações individuais, isso não quer dizer que
3415 sejam individualistas, ao individualismo.

3416

3417

3418 **O SR. TOSA** – Na esfera comportamental.

3419

3420

3421 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Superando a ênfase no
3422 individualismo na esfera comportamental.

3423

3424

3425 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - No ou na, está esquisito. Individualista na
3426 esfera comportamental.

3427

3428

3429 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - No individualista, estímulo
3430 a mobilização e a participação em ações cidadãs em prol da sustentabilidade

3431 tanto em ações individuais como coletivas superando a ênfase individualista na
3432 esfera comportamental. Ok? Estimulando a mobilização.

3433

3434

3435 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Deixa só em ações cidadãs em prol da
3436 sustentabilidade, superando a ênfase individualista na esfera, eu tiraria essa
3437 frase que está entre a vírgula até o coletivo.

3438

3439

3440 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Estimulo a mobilização e a
3441 participação em ações cidadãs em prol da sustentabilidade superando a ênfase
3442 individualista na esfera comportamental. Ficou mais harmônico. 4º valorização
3443 dos conhecimentos e representações do público envolvido na proposta bem
3444 como valorização dos conhecimentos e representações do público envolvido na
3445 proposta, bem como de conhecimento e práticas populares e de comunidades
3446 tradicionais. Está meio estranho. Valorização dos conhecimentos e
3447 representações do público envolvido na proposta.

3448

3449

3450 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3451

3452

3453 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Tira inteiro o 4º? Suprime
3454 pronto. O 5º passa a ser 4º. Articulação de coletivos grupos e instituições de
3455 projetos que atuam na mesma base territorial. Art. 1º, o CEA.

3456

3457

3458 **O SR. TOSA** – Articulação um coletivo em vez de atuam é atuem.

3459

3460

3461 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3462

3463

3464 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - De coletivos que atuem?

3465

3466

3467 **O SR. TOSA** – Que atuem.

3468

3469

3470 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Tem um significado sutil de diferença que
3471 você colocou, se você colocasse com quer dizer que ela vai se articular com,
3472 os CEAs, mas se colocar de, o CEA é um proponente de haver como
3473 articulador. De coletivos, não. Coletivos, grupos porque aquele negócio do
3474 coletivo educador que muda total o sentido quando você coloca o CEA como
3475 um articulador de coletivos de grupos de instituições e de projetos que atuam,
3476 e/ou se você põe articulação com, quer dizer ele vai se articular com outros
3477 grupos que atuem. Ano sei tanto faz quer dizer não é bem tanto faz é uma
3478 postura do CEA que nós precisamos olha só que incrível uma preposição, e um
3479 tempo de verbo que faz com que mude completamente o sentido o que nós

3480achamos que o CEA deve fazer? Ele deve se articular com outros grupos ou
3481ele deve ser um articulador de grupos?

3482

3483

3484**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Articulador e mais
3485imperativo.

3486

3487

3488**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Entende? Vocês entendem a diferença
3489sutil?

3490

3491

3492*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3493

3494

3495**A SR. CLÁUDIA** – Eu acho que é (de) e (com).

3496

3497

3498**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Mas se não existe ele não vai se propôr a
3499ser um.

3500

3501

3502*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3503

3504

3505**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - São os dois, mas são duas posturas
3506completamente diferentes. Olha que incrível que é isso como os advogados
3507acabam usando essas sutilezas.

3508

3509

3510**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Incentivar a articulação de...

3511Incentivo a articulação de coletivo no caso...

3512

3513

3514*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3515

3516

3517**A SR. CLÁUDIA** – Bota de/com.

3518

3519

3520**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Mas o tempo do verbo muda também. Eu
3521acho que o D é mais forte, quer dizer ele é mais proativo se ele faz a
3522articulação de coletivo e ele acaba sendo liderança e não necessariamente ele
3523é liderança.

3524

3525

3526*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3527

3528

3529A **SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - O (de) é maior é mais proativo. Então
3530deixa assim. Em coletivos quer dizer no meio do coletivo.

3531

3532

3533O **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Do jeito que está eu estou
3534achando que está melhor.

3535

3536

3537A **SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Então deixa o (de) e atuam e não atuem.
3538Atuam.

3539

3540

3541O **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Articulação de coletivos
3542grupos e instituições e projetos que atuam na mesma base territorial.

3543

3544

3545A **SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Que coisa sutil.

3546

3547

3548O **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - § 1º, o CEAs em atividades
3549que porventura não dispõe de projetos políticos pedagógicos deverão elaborá-
3550lo a partir das diretrizes anunciadas nessa recomendação. Recomendação é
3551maiúsculo? 2º o CEA que já disponha de projeto político pedagógico deverão
3552adequá-lo de modo a atender a essa Recomendação. Estamos aprovando já o
35531º e o 2º artigo. Daí para cima está. Ok. 8º, está o recomendado lá o 8º antes
3554ficou deixa eu ver lá em cima. Art. 8º não 8, está bom. Art. 9, cada CEA deverá
3555tornar publico o seu projeto político pedagógico disponibilizando-o na íntegra a
3556todos os interessados e das mais diversas formas impressa eletrônica virtual e
3557etc. Está aprovado o artigo?

3558

3559

3560O **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Só não cabe, não sei se segue o
3561mesmo regramento, mas em Resolução nós não usamos isso de colocar entre
3562parênteses com esses exemplos.

3563

3564

3565O **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - É melhor tirar os
3566parênteses e deixar terminar e virtual.

3567

3568

3569O **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Exato.

3570

3571

3572O **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Tira parênteses e põe
3573vírgula depois de formas e antes do virtual E.

3574

3575

3576O **SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Não cabe, acho que deveria tirar
3577essa impressa elétrica virtual, mas diversas formas já tanto que colocamos etc.

3578

3579

3580 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Qual a diferença entre o que quer dizer
3581 virtual?

3582

3583

3584 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Virtual é de papel?

3585

3586

3587 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Não, virtual é o contrário na Internet,

3588

3589

3590 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Virtual, desculpe é internet.

3591

3592

3593 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Qual a diferença de eletrônico e
3594 de virtual.

3595

3596

3597 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Impressa e digital. Sei lá. Digital é melhor,
3598 impressa e digital.

3599

3600

3601 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Impressa.

3602

3603

3604 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Tira eletrônica e virtual e coloca impressa
3605 e digital.

3606

3607

3608 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Impressa e digital. Então
3609 essa redação do art. 9º fica cada CEA deve tomar público o seu projeto político
3610 pedagógico disponibilizando-o, cada CEA deve tornar público o seu projeto
3611 político pedagógico disponibilizando-o na integra a todos os interessados e das
3612 mais diversas formas impressa e digital.

3613

3614

3615 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Não está funcionando.

3616

3617

3618 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu tenho as mais diversas
3619 formas impressas, nas diversas formas.

3620

3621

3622 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Emails impressos e...

3623

3624

3625 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3626

3627

3628 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Esse aí que não dá leitura.
3629Na íntegra, a todos os interessados das mais diversas formas impressas e
3630digital.

3631

3632

3633**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - E nas formas impressas e digitais.

3634

3635

3636**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Vamos ler de novo como
3637ficou o art. 9º. Cada CEA deve tornar público o seu projeto político pedagógico,
3638disponibilizando-o na íntegra a todos os interessados nas formas impressa e
3639digital. Aprovado o art. 9º? Aprovado. Art. 10º não 10, ou é art. 9º ou é 10º.
3640Para potencializar, publicizar é isso mesmo que vocês querem? Para
3641potencializar, publicizar e dar organicidade as ações de Educação Ambiental
3642recomendam-se o cadastro do CEA do SIBEA Sistema Brasileiro de
3643Informação sobre Educação Ambiental. Art. 11º foi aprovado o art. 10º dessa
3644redação? Aprovado.

3645

3646

3647**O SR. TOSA –** Aprovado.

3648

3649

3650**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Agora leia do jeito que está.

3651

3652

3653**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Art. 10 estamos falando do
3654art. 10º? Então vamos para o art. 11º essa Recomendação entra em vigor na
3655data de sua publicação. Vamos aprovar então todos os artigos até o 11º.

3656

3657

3658**A SR. CLÁUDIA –** Temos que ler o bilhete que está faltando.

3659

3660

3661**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - A Raquel havia sugerido
3662também incluir um artigo sobre chancela do MMA e do MEC, mas não vejo
3663vantagem para o Centro e além do mais sua própria situação, como ONG,
3664OSCIP ou outra forma de acordo com a legislação vigente já respalda, além
3665disso seria uma possibilidade em uma Recomendação do CONAMA que não
3666obriga a nenhum dos Ministérios a conceder essa chancela.

3667

3668

3669**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Não é bem chancela que eu tinha falado.
3670Nós conversamos aqui e que tem que ter alguma vantagem fora... O cara
3671seguir esse CEA à risca. E aí eu chutei uma chancela alguma coisa que ele
3672passa por um certo crivo, ou dessa Câmara Técnica do CONAMA, alguma
3673coisa, porque se não que vantagem o cara leva para? O mínimo de vantagem
3674tem que ter para obter isso daí e o reconhecimento, em algum lugar eu acho
3675que não sei se na Câmara Técnica não sei quem, poderia dar um
3676reconhecimento se a pessoa... Mas esse selo não existe ainda. Nós, não dar

3677para inventar e colocarmos aqui. Como é que nós faríamos, mas vocês
3678entendem qual a é a minha preocupação, eu...

3679

3680

3681**A SR. CLÁUDIA** – Poderia colocar um parágrafo o CEA que vir seguir essa
3682recomendação...

3683

3684

3685**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Ou a Câmara Técnica de Educação
3686Ambiental pode dar, pode aprovar processos...

3687

3688

3689**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Mas isso não pode
3690constar.

3691

3692

3693**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Dentro de uma Recomendação
3694não vai poder colocar isso.

3695

3696

3697**A SR. CLÁUDIA** – Isso não é função da Câmara Técnica.

3698

3699

3700**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Pois é, e não é função do MEC também,
3701nós não podemos fazer uma coisa dessas. Uma pondura.

3702

3703

3704**A SR. CLÁUDIA** – Olha só, poderia colocar os Centro que tiverem serão...
3705Serão reconhecidos. Terão suas...

3706

3707

3708**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Desvirtua muito a finalidade ou o
3709instrumento recomendação. Mas estava quase virando ali outra coisa. Porque
3710eu faço um rebatimento disso como se fosse uma normativa a ABNT em cima
3711de um CTEA, a ABNT o que a ABNT entende como referencial para construção
3712no CTEA e daí isso daria uma norma meio se o CTEA está de acordo com
3713ABNT nº tal, tal. É que nós estamos tentando fazer isso virar aquilo aí não tem
3714jeito, não tem.

3715

3716

3717**A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Mesmo porque ninguém aqui é órgão
3718normatizador.

3719

3720

3721**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Não tem essa atribuição e isso é
3722uma Recomendação.

3723

3724

3725**O SR. TOSA** – Poderiam colocar, e os centros...

3726

3727

3728 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - O MEC não pode.

3729

3730

3731 **A SR. CLÁUDIA** – Fomentar o MMA fomentar...

3732

3733

3734 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3735

3736

3737 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Aí aquele o último parágrafo aqui de se
3738 inscrever no SISNEA é isso na verdade, ele publiciza... Mas não tem o
3739 conhecimento específico daqueles que realmente são de qualidade.

3740

3741

3742 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3743

3744

3745 **O SR. TOSA** – Pode solicitar órgão ambiental do seu Estado o
3746 reconhecimento, o reconhecimento das suas atividades. E esse
3747 reconhecimento vai valer contexto e depois parceria, por exemplo.

3748

3749

3750 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - É para isso.

3751

3752

3753 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3754

3755

3756 **O SR. TOSA** – O máximo que ele pode colocar é um pôde.

3757

3758

3759 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Poderia.

3760

3761

3762 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3763

3764

3765 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - É isso que eu gostaria.

3766

3767

3768 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Mas não seria nesse
3769 instrumento eu acho.

3770

3771

3772 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3773

3774

3775 **O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Eu acho o que próprio
3776 empreendedor no caso se for obrigatório se ele achar por bem seguir essa

3777normativa, ele vai utilizar isso para dar visibilidade a construção do CTEA
3778conforme a Recomendação, conforme a normativa lá, a normativa não, mas as
3779diretrizes colocadas na Recomendação aprovada pelo CONAMA. Ele vai
3780utilizar isso independente de ter o selo, porque o selo já pressupõe uma
3781certificação que eu já não gosto muito quando é chapa branca, perde um pouco
3782aquele caráter voluntário independente do processo de certificação.

3783

3784

3785**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então a Raquel permite
3786tirar o bilhete. Então o art. 11º essa recomendação entra em vigor na data de
3787sua publicação. Então assim ficam aprovados todos os artigos a partir do 11º
3788para cima. Ok Senhores Conselheiros? Assim fica? Então, vamos passar então
3789agora para o item 4 da pauta. Tem alguma coisa? 1, 2, 3, 4, 5 vai sair? Então
3790vamos encerrar o...

3791

3792

3793**A SR. CLÁUDIA** – Esse seminário aí é só um relatório que já foi em 2009 isso.
3794Está aguardando a administração da CTEA é o que?

3795

3796

3797*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3798

3799

3800**A SR. CLÁUDIA** – O que eles deram aqui é um relatório... Ele vai para a
3801Câmara Técnica para aprovar.

3802

3803

3804**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Com base nesses dados podem começar as
3805próximas ações. Ou se não.

3806

3807

3808**A SR. CLÁUDIA** – Em relação a essas duas que foram discutidas hoje elas
3809podem já ser encaminhadas nos assuntos jurídicos?

3810

3811

3812**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Aqui é um relatório.

3813

3814

3815**O SR. TOSA** – O relatório tem uma série de direções.

3816

3817

3818**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Mas para aprovação?

3819

3820

3821**A SR. CLÁUDIA** – Não teria outra reunião antes?

3822

3823

3824**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então é extensa essa
3825pauta aí ou não? É extensa? Bom então eu acredito que não vai ser possível
3826ainda hoje.

3827

3828

3829 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3830

3831

3832 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Posso falar uma coisa... Eu achava que
3833 eu não ia ficar mais no Ministério, mas eu acho o que Ministro vai ser
3834 confirmado.

3835

3836

3837 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3838

3839

3840 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** – Bom, gente é o arquivo.
3841 Tosa. Raquel, Então aqui eu já me despeço de você viu. Eu aqui me despeço
3842 de vocês porque é o meu último dia também. Já foram 4 anos já foi reeleita a
3843 oca Brasil, agora tem que aguardar 2 anos para poder participar de novo do
3844 CONAMA. Então vamos ficar dois anos fora. Tem outra eleição do CNEA vai
3845 entrar outro representante da região Centro-Oeste que somos eleitos e
3846 reeleitos de dois em dois anos. Obviamente.

3847

3848

3849 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Nós conseguimos colocar no regimento
3850 interno do CONAMA que nessas Câmaras Técnicas muito específicas, por
3851 exemplo, de Educação Ambiental o MEC teria que participar.

3852

3853

3854 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Tem cadeira cativa parece.

3855

3856

3857 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Porque não participava. Então eu fui
3858 presidente da Câmara Técnica e depois eu tive que sair, porque não podia ser
3859 reeleita e eu continuava vindo do mesmo jeito, porque imagina se eu ia
3860 abandonar o órgão? Era muito ruim.

3861

3862

3863 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então vamos encerrar a
3864 23ª reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental. Olha só tem uma
3865 dúvida aqui Tosa se vamos fazer com esse assunto aqui dos informes, vamos
3866 arquivar o que acontece põe em standby?

3867

3868

3869 **O SR. TOSA** – Eu entendo que esse seminário foi uma discussão de 3 dias, foi
3870 a nível nacional e tem uma serie de preposições muito interessantes.

3871

3872

3873 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu acho que tem que
3874 encerrar...

3875

3876

3877**O SR. TOSA** – Aliás, eu sou suspeito para falar porque eu coordenei o
3878seminário, eu sou suspeitíssimo para falar, mas o fato é que essas coisas que
3879foram discutidas em nível nacional lá no seminário, as pessoas propuseram
3880manter contato, dando andamento, encaminhar para a Câmara Técnica, isso
3881pode ser útil para quê? Porque de repente nós fizemos essa discussão toda
3882Presidente durante três dias e o resultado ficou no papel, e aí virou letra morta
3883é só essa pergunta.

3884

3885

3886**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Qual seria a atitude?

3887

3888

3889**O SR. TOSA** – porque aí nós vamos fazer o segundo seminário nacional de
3890Educação Ambiental talvez daqui a um ano ou dois, e vai voltar como se
3891tivesse fazendo tudo de novo? Como é que avança? Mas como é que avança
3892entendeu? Eu acho que caberia pensar se eu acho que talvez um grupo menor
3893não Câmara Técnica como um todo, mas um PET e comitê da Câmara Técnica
3894poderiam avaliar quais as Recomendações de seminário que poderiam ser
3895úteis e pautar isso, estão entendendo?

3896

3897

3898**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Mas inserir onde Tosa...

3899

3900

3901**O SR. TOSA** – Não sei presidente, eu não tenho opinião formada sobre isso.

3902

3903

3904*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3905

3906

3907**O SR. TOSA** – A Câmara Técnica decide.

3908

3909

3910**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Onde encaixar isso tem que
3911está...

3912

3913

3914**O SR. TOSA** – Um backup de informações de opiniões que foram colhidas e
3915debatidas em nível nacional. Tem sugestões de encaminhamento muito
3916interessante.

3917

3918

3919**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Tem que gerar um
3920documento, um protocolo e esse protocolo têm que ficar anexada a alguma
3921resolução do CONAMA. Não é anexar pode até fazer uma edição disso ou...

3922

3923

3924*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3925

3926

3927**A SR. CLÁUDIA** – Existe muito mais atuação de fazer eventos ambientais do
3928que... Só muito mais a necessidade de criar espaço de discussão seminário de
3929Educação Ambiental se existir, por exemplo, nos trâmites uma Recomendação
3930para a área de vertentes e seminário de Educação Ambiental...

3931

3932

3933**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Bom, gente, encerramos
3934então a 23ª?

3935

3936

3937**O SR. TOSA** – Eu acho que tem que dá um encaminhamento.

3938

3939

3940**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Não tem mais o que
3941discutir, nem quorum e nem nada.

3942

3943

3944**O SR. TOSA** – Dois itens ficaram sem apreciação que é solicitar que a Câmara
3945Técnica sugira, a Câmara Técnica no próximo encontro delibere sobre um PET
3946comitê para fazer um extrato desse relatório do seminário. Não porque repare
3947bem o relatório é geral, mas o seminário é propositivo. Então fazer um extrato
3948uma apreciação das proposições do seminário, organizar o tema, por exemplo,
3949e trazer isso para a mesa da Câmara Técnica para subsidiar debates, porque
3950isso são opiniões em nível nacional. Eu acho que seria a tarefa da Câmara
3951Técnica.

3952

3953

3954*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3955

3956

3957**O SR. MÁRIO AUGUSTO CARDOSO (CNI)** – Temos que fazer um GT
3958mesmo, faz um Grupo de Trabalho.

3959

3960

3961*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3962

3963

3964**O SR. TOSA** – Grupo de Trabalho. Então pronto, é por isso que eu estou
3965propondo um extrato separando por temáticas dos que foi propositivo selva não
3966do foi analítico, que analítico foi muita coisa pode dizer que o relatório tem
3967partes analíticas e partes propositivas, tem até quase transcrição aqui de fala
3968de palestrantes entendeu? Não é isso entendeu? É pegar a parte propositiva
3969de o seminário organizar tematicamente, e trazer esse extrato para ser
3970colocado na Câmara Técnica para servir de base por conta de que isso é um
3971apanhado a nível nacional. Não me proponho porque não sei se vou estar aqui
3972ano que vem.

3973

3974

3975**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então deixa como uma
3976proposta. Uma proposta da Câmara Técnica.

3977

3978

3979 **O SR. TOSA** – A criação desse PET comitê para fazer isso. Está sendo
3980 agravado?

3981

3982

3983 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Não.

3984

3985

3986 **O SR. TOSA** – Então. Sugestão apreciar na próxima reunião. Pode ser?

3987

3988

3989 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Pode. Foi sugerido pelo
3990 Conselheiro Tosa a apreciação dessa proposta, de uma análise para um Grupo
3991 pode ser um GT para fazer a síntese de todo...

3992

3993

3994 **O SR. TOSA** – Das proposições separando por linha temáticas para subsidiar a
3995 Câmara Técnica, por conta de que isso são apanhados de opiniões a nível
3996 nacional.

3997

3998

3999 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Para o subsídio e
4000 publicação acredito.

4001

4002

4003 **O SR. TOSA** – Possivelmente são mais de 400 pessoas do Brasil discutindo
4004 vão pegar isso e não vai dar um destino?

4005

4006

4007 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - No mínimo publicar no site
4008 do MMA.

4009

4010

4011 **O SR. TOSA** – No mínimo.

4012

4013

4014 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então fica isso proposto
4015 para a próxima reunião para pautar.

4016

4017

4018 **O SR. TOSA** – E também o item 4.2 Sr. Presidente, sobre o plano nacional
4019 recurso sustentável que vai ser lançado agora no final de dezembro, que dizer
4020 não vai dar mais para nós discutirmos porque ele já vai ser lançado, já vai estar
4021 lançado, mas não impede que a Câmara aprecie o resultado disso na próxima
4022 reunião.

4023

4024

4025 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - O mesmo caso.

4026

4027

4028 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Não tem resultados. Mas a Câmara pode,
4029 por exemplo, apreciar a contribuição do MEC que teve uma reunião no MEC
4030 com o pessoal do plano nacional de produção e consumo sustentável, e eles
4031 solicitaram ao MEC que fizessem algumas metas de para o
4032 consumo sustentável e nós colocamos no âmbito das escolas sustentáveis, e
4033 eu acho que valeria a pena propor até uma apresentação de escolas
4034 sustentáveis para o programa escolas sustentáveis do Ministério da educação,
4035 e tratar dessa de como é que foram feitas essas metas.

4036

4037

4038 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4039

4040

4041 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - O consumo sustentável e também a
4042 questão das escolas sustentáveis. Eu.

4043

4044

4045 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4046

4047

4048 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Não, e o item 4.3, vocês me permitem já
4049 enganchar nesse item para ver se eu tenho uma proposta. Nós estamos na
4050 seguinte situação agora na relação com o Conselho Nacional de Educação,
4051 nós estamos fazendo uma proposta nós fizemos uma reunião com eles e eles
4052 solicitaram que nós fizéssemos uma revisão das diretrizes curriculares
4053 nacionais para Educação Ambiental que nós havíamos feito em 2004/2005 eu
4054 acho, e eles nunca se relacionaram com isso, mas está no Decreto da lei da
4055 Política Nacional de Educação Ambiental, que eles de Educação Ambiental que
4056 nós teríamos que os dois Conselhos teriam 6 meses para regulamentar e criar
4057 diretrizes para isso. O CONAMA fez, nós conseguimos com essa Câmara
4058 Técnica fazer para o CONAMA. O Conselho Nacional de Educação não fez.
4059 Mas agora nós fizemos uma reunião e eles aceitaram e já colocar em Consulta
4060 Pública a nossa proposta de diretrizes para todos os níveis de ensino, todas as
4061 modalidades colocando recolocando a questão da sustentabilidade das escolas
4062 sustentáveis que não tinha em 2004 e 2005, e agora eles vão trabalhar isso.
4063 Então eu mudaria um pouquinho e isso eu acho fundamental que é a participar
4064 das consultas públicas da, sobre as diretrizes curriculares nacionais e em
4065 Educação Ambiental junto ao Conselho Nacional de Educação, porque se o
4066 CONAMA apoiar essa consulta pública e tal, nós vamos conseguir emplacar
4067 muito melhor. E eu posso socializar com vocês agora desde já a proposta
4068 nossa de diretrizes curriculares. Tudo bem?

4069

4070

4071 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Você me pede?

4072

4073

4074 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - Agora eu senti firmeza.

4075

4076

4077 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4078

4079

4080 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** - O sistema de nacional de educação, tudo
4081 ainda não existe. Mas ele funciona em forma sistêmica só que agora vai. Esse
4082 grande Ministro que aí está. É o quê? É isso mesmo parece que tem um
4083 acordo.

4084

4085

4086 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então finalmente
4087 encerramos a 23^a com algumas inclusões da Conselheira Raquel. E assim
4088 despeço de vocês até uma próxima. Obrigado.